
ACERCA DE UMA ESTRATÉGIA
ESTRUTURAL PORTUGUESA ...

(Continuação)

François Martins

ACERCA DE UMA ESTRATÉGIA ESTRUTURAL PORTUGUESA ...

3. OS FACTORES DO PODER

O Poder Nacional, isto é, a capacidade que um Estado Nação possui para determinar o comportamento de outra Unidade Política ou impedir que por outra seja determinado o seu, abrange todo o conjunto de meios e recursos («forças») de que esse Estado-Nação possa dispor numa determinada situação concreta para aquele efeito. É um valor relativo, cuja relação se estabelece não só com o eventual opositor, dado que determinados elementos do Poder Nacional podem ser valiosos contra uns, e anular-se contra outros, como também com a situação, dado que em determinados conflitos terão mais importância meios que em outros não serão utilizáveis, ou serão irrelevantes.

E ainda relativo na medida em que, na maior parte dos casos, os seus efeitos se exercem de forma virtual, através da imagem que deles se forma, como acontece, por exemplo, nas relações de hegemonia, de influência, ou de dissuasão. Mas apesar da sua relatividade, o Poder é, como sempre foi, o núcleo, o apoio concreto, de toda e qualquer estratégia, isto é, de toda e qualquer racionalização da acção no sentido de alcançar ou defender objectivos disputados entre Unidades Políticas.

Existem várias fórmulas clássicas para a sua determinação. Assim, segundo o Brigadeiro Cabral Couto ⁽¹⁷⁾ $\text{Poder} = F$ (recursos militares, económicos, humanos, morais, etc.) $\times Y$ (auto-imagem + opinião dos outros). Segundo Richard Nixon, ⁽¹⁸⁾ em «A Verdadeira Guerra», citando Sir Robert Thomson, $\text{Poder} = (\text{Potencial humano} + \text{Recursos}) \times \text{Determinação}$, sendo essa Determinação a soma da «Vontade própria», com a ideia que os aliados têm sobre essa vontade, e com a ideia que os adversários têm sobre essa

⁽¹⁷⁾ Brigadeiro Cabral Couto, «Manual do IAEFA», já referido.

⁽¹⁸⁾ Referido em «Incursões no Domínio da Estratégia», do Brigadeiro Loureiro dos Santos.

vontade. Segundo Michael Handel, em «The Weeck States in the International System», Poder = Poder próprio (condições geográficas, condições materiais, recursos humanos, capacidade estrutural) + Poder derivado de fontes externas (alianças formais ou informais). Segundo Ray Cline em «World Power Assessment» o Poder previsível é igual ao produto da soma da população, do território, da capacidade económica, da capacidade militar, pela soma da capacidade estratégica (coerência e eficácia) com a vontade colectiva.

Podemos, parece-nos, agrupar os factores que aparecem nestas fórmulas em três grandes grupos: factores objectivos internos (recursos, potencial humano, condições naturais, capacidade estrutural, etc.), factores objectivos externos (alianças formais ou informais) e factores subjectivos internos e externos (vontade, capacidade estratégica, opinião, imagem, etc.).

Sendo, como vimos, o objecto das estratégias estrutural e genética alcançar a melhor prontidão e preparar a mais completa e adequada gama de meios e recursos para utilização pelas estratégias operacionais, a sua elaboração terá necessariamente de se apoiar numa prévia análise da *situação actual* do Poder Nacional. Mas sendo impossível a preparação absoluta para toda a espécie de conflitos possíveis, haverá que estabelecer prioridades e orientações, baseadas, por sua vez, em previsões sobre as ameaças e sua evolução. E sendo estas estratégias destinadas não só ao curto, mas sobretudo ao médio e ao longo prazo, interessará não só Poder actual, mas também, e sobretudo, o Potencial, ou seja, o Poder disponível no futuro «se»..., já que todo o interesse destas estratégias está na optimização da acção a exercer sobre esse «se». E, ainda, estando, como temos frequentemente vindo a sublinhar, a estratégia sempre ligada a situações de conflito, actuais ou futuras, tratando-se de determinar o comportamento alheio ou impedir que o nosso seja determinado, há que prevenirmo-nos contra as acções que o adversário necessariamente exercerá contra nós, portanto que proteger os nossos pontos sensíveis, as nossas vulnerabilidades. Assim sendo, orientada pela consideração das ameaças, que lhe dará uma primeira linha de aproximação aos critérios de escolha e de estabelecimento de prioridades, a análise que interessa às estratégias estruturais e genéticas deverá debruçar-se sobre os elementos do Poder Nacional, e nestes considerar a situação actual, que importa melhorar, as potencialidades, que importa promover, as vulnerabilidades, que importa neutralizar ou minorar, tudo num plano integrado e coerente que possa permitir, com a maior eficácia e o menor custo

possíveis, atingir os objectivos propostos, apesar das ameaças e riscos que se concretizem ou se admite poderem vir a concretizar-se.

A diferença fundamental da análise destinada a servir uma estratégia estrutural ou uma genética, para a destinada a uma estratégia operacional, está, naturalmente, na importância muito maior que na primeira deverá ser dada às potencialidades, que serão, por assim dizer, o principal objecto da acção que àquelas estratégias compete conduzir, e na forma como serão encaradas as vulnerabilidades, numa óptica de resolução e a prazo, enquanto que na segunda se dará, naturalmente, muito maior importância às disponibilidades e capacidades *actuais*, e as vulnerabilidades serão encaradas na óptica de defesa e no imediato. Dito isto, convirá não esquecer, no entanto, que não existem limites claros nem definitivos entre todos estes diferentes tipos de estratégias e que todas elas contêm um pouco de cada uma das outras. Em especial as estratégias operacionais, designadamente quando se trata de conflitos prolongados, podem incluir e incluem frequentemente largas doses de conduta tipicamente estrutural e, ou, genética.

A determinação e análise dos elementos concretos a considerar nestes conjuntos de factores poderá também ser feita segundo uma variedade de esquemas, que têm sido propostos por diversos autores.

De uma maneira geral, os diferentes esquemas focam os mesmos aspectos, diferindo uns dos outros mais na forma como os agrupam e organizam, do que propriamente nos respectivos conteúdos, embora a forma de os agrupar tenha incidência directa no relevo respectivo, e até no significado e importância que lhes é atribuído, contribuindo para diferentes orientações nas análises. Verifica-se também que os três tipos de factores que encontramos nas fórmulas de Poder que citámos, isto é factores objectivos internos, factores objectivos externos, e factores subjectivos, estão todos presentes nestas relações embora não identificados deste modo, e geralmente misturados e distribuídos por várias alíneas. Assim, por exemplo, os factores subjectivos ligados à vontade colectiva e à imagem interna e externa de Poder, aparecem incluídos, de forma explícita ou implícita, nas alíneas que tratam do factor humano (aspectos qualitativos) e, ou, sociocultural (carácter e moral nacionais, aspectos culturais) factores político-administrativos (dinâmica políticas e institucionais), factores tecnológicos (nas suas relações com a política externa), factores económicos (nos seus aspectos de

relações com outras economias, ligados à Imagem do Poder, ou de destribuição interna da riqueza, ligados à coesão interna e por aí à Vontade Colectiva), factor militar (imagem do Poder e indicador da Vontade da Defesa), etc.

Na análise que vamos efectuar em seguida, iremos tentar uma adaptação à realidade nacional do esquema proposto no «US Army Command and General Staff College», que está organizado segundo cinco conjuntos de factores principais: o fsico, o sociológico (onde são incluídos os aspectos demográficos), o económico (onde são incluídos os aspectos relativos à organização e exploração dos transportes e comunicações), o político-administrativo e o militar. O factor físico constitui o quadro material em que se inscreve a Nação, que o afeiçoa e utiliza, e que por ele é até certo ponto condicionada. Inscrita e integrada no seu meio físico, a Nação organiza-se em diversíssimos aspectos comportamentais e vivenciais, de natureza política, económica, sociocultural. A cada um destes grandes grupos faz-se portanto corresponder um grande factor, ou grupo de factores, do Poder Nacional. Finalmente, de entre as várias formas da sua organização de entre as várias instituições que formalizam as suas diversíssimas, complexas, e múltiplas actividades, uma tem um interesse muito especial para os problemas da Defesa e da definição do Poder, já que é aquela que tem a seu cargo a responsabilidade da «gestão da violência»⁽¹⁹⁾. Trata-se da instiuição militar, e, assim, é esta que naturalmente constitui o objecto do quinto factor.

4. *FACTOR FÍSICO*

a. *Localização*

- (1) O território nacional é constituído por uma parte Continental, inserida na Península Ibérica, e por dois pequenos arquipélagos no oceano Atlântico. O estatuto particular de Macau torna menos relevante a sua consideração num estudo com esta finalidade.
- (2) O conjunto definido deste modo, usualmente designado por

⁽¹⁹⁾ Segundo a expressão feliz de Lasswell.

«triângulo estratégico»⁽²⁰⁾, situado no Atlântico Norte, intercepta as principais rotas marítimas entre o Atlântico Sul, o Mediterrâneo, a Europa e a América do Norte. É uma posição privilegiada, quer para funções de vigilância e controlo do espaço aéreo, marítimo de superfície, e submarino, do Atlântico Norte em si mesmo, e nos seus acessos (Gibraltar, GIFUK⁽²¹⁾, Atlântico Sul...), quer como base de operações aéreas, navais e aeronavais no teatro de operações do Atlântico Norte, quer como ponto de apoio às indispensáveis ligações aéreas e marítimas entre os EUA e a Europa em caso de conflito no teatro europeu, quer como ponto de apoio ou escala para eventuais acções militares no Norte de África ou no Médio Oriente/Golfo Pérsico, ou no Atlântico Sul, quer ainda como área de retaguarda relativamente a um conflito violento no Centro da Europa.

- (3) Porém, o assim chamado «triângulo estratégico» não é propriamente uma realidade geográfica, embora, é claro, os respectivos vértices sejam realidades geográficas. Ele é uma realidade política. É a ligação política entre os seus vértices que o pode definir como um triângulo. Esse triângulo político só se transforma numa realidade estratégica na medida em que funcione em termos estratégicos como uma unidade. Ora a «vocação» geoestratégica de cada uma das três parcelas que definem os vértices do triângulo é relativamente diferenciável, embora haja uma certa complementaridade, e também supletividade, entre elas. Mas a capacidade de aproveitamento, e o interesse de aproveitamento, de todo o potencial geoestratégico das três parcelas insere-se no domínio da competição mundial entre as Superpotências, e aí a posição

⁽²⁰⁾ O Comandante Virgílio de Carvalho vem, desde há vários anos, defendendo a vantagem de substituir-se à designação de «triângulo estratégico», a de «semiarquipélago». Enquanto a primeira expressão, na sua frieza geométrica, apenas sugere uma determinada distribuição espacial, a segunda realça a natureza oceânica das ligações, introduzindo desse modo, conforme o Comandante Virgílio de Carvalho tem escrito, uma filosofia, uma forma específica de conceber a identidade nacional, atlântica e marítima, por oposição à «Vocação Continental Mediterrânica» da Espanha. Julgo muito importante este aspecto que, justamente, sublinha a importância decisiva da integração do espaço entre as três parcelas do T.N. bem como da unidade nacional, para que o valor estratégico da nossa posição atlântica possa funcionar a nosso favor.

⁽²¹⁾ Esta sigla costuma designar o espaço de acesso Norte ao Atlântico, definido entre o Reino Unido (UK), as ilhas Faroe, a Islândia, e a Gronelândia.

e valia estratégica dos Açores assumem um aspecto particular que o diferencia radicalmente das outras duas parcelas e que é o de fazer parte de uma eventual «fronteira marítima»⁽²²⁾ de defesa dos EUA no caso de absorção da Europa pelo «perturbador continental». Efectivamente, um geoestrategista americano que se «abstraia» dos vínculos políticos, olhando para o mapa, tende a ver não um triângulo, mas duas linhas sucessivas de contenção do poder continental, uma no «rimland», passando pela Grã-Bretanha, Península Ibérica e Norte de África (incluindo a Madeira e as Canárias), outra atlântica, autêntica fronteira a defender a todo o custo, passando pela Islândia e pelos Açores. Deste modo a unidade estratégica, que é extremamente importante para nós afirmar e preservar, terá de ser *imposta* não apenas pela nossa afirmação de soberania política mas sim também pela *integração funcional efectiva* das três parcelas e do *seu* espaço *interior*, bem como pelo preenchimento de parte significativa das funções estratégicas desse espaço à custa dos nossos próprios meios militares. Designadamente, a guarnição e defesa militar das ilhas em caso de guerra, e parte importante das missões de vigilância e de luta anti-submarina e antiaérea no espaço «interior» ao triângulo, deverão poder ser assegurados, de *forma credível*, pelas Forças Armadas Portuguesas. Sem isso o nosso triângulo estratégico não terá todo o seu valor negociável efectivo, nem em termos de «compensação económica» nem em termos de influência e capacidade de afirmação internacional, nem mesmo em termos de núcleo base de uma determinada ideia de identidade nacional (atlanticidade).

(22) Conforme o Comandante Virgílio de Carvalho refere no seu artigo publicado na revista «Nação e Defesa» de Janeiro — Março de 1980, pág. 116, o Comandante SACLANT escreveu na revista da NATO que existe «a necessidade absoluta de manter e de utilizar as ilhas-base do Atlântico, designadamente a Islândia e os Açores», e que «temos de estar preparados para proteger estas ilhas, cedo e em força, antes que os soviéticos as possam neutralizar ou ocupar...». Muitas outras afirmações públicas e considerações de comentadores têm referido essa importância específica dos Açores para os EUA, que, aliás, factos históricos ocorridos nas Primeiras e Segunda grandes guerras também confirmam e se podem considerar materializadas no interior do SACLANT, onde os Açores estão directamente dependentes deste Comando, em NORFOLK, e fora da IBERLANT onde se situam as outras duas parcelas do Território Nacional.

- (4) O mar patrimonial do território continental português constitui uma solução de continuidade para o da Espanha, e ambos para o da França.
- (5) Portugal tem fronteiras terrestres com um único país, Espanha. Esta tem uma população cerca de quatro vezes maior (37,7 milhões face a 9,9), um produto nacional bruto *per capita* mais de duas vezes superior (\$4400 contra \$2000), umas Forças Armadas com um efectivo total cerca de seis vezes superior (342 000 face a 60 000) e uma esmagadora superioridade em sistemas de armas e em equipamentos e material modernos.
- (6) A natureza oceânica de Portugal,» com os seus arquipélagos, tem como resultado natural a existência de uma ZEE que se presume ter grandes potencialidades económicas. Tem ainda como consequência a formação de novas fronteiras, marítimas, com Marrocos e com as Canárias.
- (7) Também a localização geográfica do nosso «triângulo geoestratégico» coloca os territórios portugueses em posição favorável face a grandes linhas de comércio mundial marítimo e aéreo, embora desfavorável do ponto de vista das rotas terrestres (periférica relativamente ao continente europeu).
- (8) Esta localização periférica e atlântica tem exercido inegável e importante influência na política nacional de alianças que tem privilegiado, desde o século XVII, as ligações com as potências marítimas dominantes.
- (9) Igualmente se pode considerar decisiva a influência da posição geográfica nas grandes linhas da História nacional, ao deixar como única alternativa a uma ligação difícil por terra com a Europa a possibilidade de utilizar a via relativamente aberta da expansão marítima.

b. Dimensão, forma e relevo

- (1) O território continental português (89 000 Km²), de forma grosseiramente rectangular (cerca de 560 Km no Norte-Sul e 180 Km no sentido Este-Oeste), pode-se considerar de pequena dimensão mesmo em termos europeus, habitado por uma população total não excessiva e de densidade média boa, mas prejudicada por

grandes assimetrias na sua distribuição, com elevadas densidades no litoral e fracas densidades no interior.

- (2) No aspecto oro-hidrográfico, o território continental é caracterizado por: uma faixa litoral, da fronteira Norte ao rio Sado, onde predominam as terras baixas com grandes áreas de aluvião; uma zona interior Norte-Centro, a Norte do rio Tejo, com predominância de terras altas e acidentadas; uma zona Sul, de planície, com uma cadeia de alturas demarcando o litoral algarvio; existência de bastantes rios nas zonas Norte-Centro e litoral, os principais com origem em Espanha, direcção dominante Nordeste-Sudoeste; existência de reduzido número de rios na zona Sul; navegabilidade geral da rede hidrográfica muito limitada.
- (3) A defesa em profundidade, dentro do território nacional, será extremamente difícil em termos de guerra convencional moderna, dado a exiguidade da dimensão média na direcção Este-Oeste, que é exactamente a direcção mais provável para eventuais acções terrestres vindas do Continente. Também o relevo, não muito acentuado, e orientado predominantemente na mesma direcção, não constitui obstáculos de grande monta. A defesa do território continental exige portanto um grande esforço de detecção das ameaças o mais longe possível das fronteiras terrestres, para ter alguma hipótese de se poder efectuar. Exige também, naturalmente, o controlo do mar adjacente.
- (4) Por outro lado, a forma do País, estendido ao longo da orla marítima, e a sua relativamente pequena dimensão, têm facilitado e facilitam a coesão interna em termos sociais e políticos. E, se em termos económicos, uma das causas do atraso da economia portuguesa será o subdesenvolvimento das regiões interiores, a verdade é que não são as distâncias a percorrer que constituem os grandes obstáculos à solução deste problema.
- (5) Existem no território continental e nos arquipélagos condições naturais favoráveis ao estabelecimento de bons portos e aeroportos. No entanto, os portos que existem, quer por condições de equipamento, quer devido a limitações naturais, têm uma capacidade relativamente baixa, em comparação com os do Norte da Europa.

c. Clima

- (1) O clima é influenciado simultaneamente pelo Atlântico e pelo Mediterrâneo, do que resulta ser geralmente ameno, embora diversificado do Norte para o Sul, e do litoral para o interior. O regime de chuvas é irregular, e tem afectado, de forma muito significativa, a economia nacional, muito dependente ainda das produções agrícolas, e estas, por sua vez, escassamente modernizadas, mantendo-se por isso extremamente vulneráveis às irregularidades climatéricas.
- (2) De uma maneira geral as condições climatéricas não afectam as operações militares, e podem mesmo considerar-se favoráveis, em termos médios, comparativamente com as do Centro e Norte da Europa. Esse factor, conjugado com a existência de regiões interiores escassamente povoadas, poderia ser aproveitado para atrair a realização de exercícios militares das forças aliadas, com as correspondentes contrapartidas económicas ou em ajudas de reequipamento.
- (3) A benignidade geral do clima, e a sua diversidade permitindo interessantes variações paisagísticas, em curtas distâncias, são factores potencialmente favorecedores do desenvolvimento da indústria turística.

d. Recursos minerais

- (1) O território continental tem alguns recursos minerais de interesse económico, como o urânio, o volfrâmio e o cobre, em quantidades não muito significativas e, no caso do cobre, de extracção ainda incipiente, embora os projectos mineiros de Aljustrel e sobretudo Neves Corvo, se e quando implementados, venham a satisfazer as necessidades do mercado interno e permitir exportação.
- (2) Tem, no entanto, carência quase total de combustíveis fósseis, não existindo jazigos de petróleo nem de gás. Apenas algum carvão que só cobre cerca de 2 por cento do consumo interno actual.

- (3) Também os recursos em ferro (Moncorvo) se têm revelado de interesse económico discutível, devido ao elevado teor de fósforo existente no minério e elevados custos de exploração e transporte.
- (4) Por outro lado, uma relativa riqueza em pedras ornamentais e em caulino carece de ser melhor aproveitada. No que respeita às pedras ornamentais, Portugal é o segundo maior exportador, a seguir à Itália, no contexto da CEE. Mas enquanto que cerca de 30 por cento da nossa exportação é de pedras em bloco, e quase 20 por cento é de pedras serradas, ficando pouco mais de 50 por cento para obras de pedra, já a Itália apenas exporta cerca de 11 por cento em bruto, cerca de 15 por cento em serrado, e atinge 74 por cento na exportação de obras. Países como a Alemanha, a Holanda, a Dinamarca, o Reino Unido, têm aliás valores que oscilam entre os 90 por cento e os 99 por cento na exportação de pedras já trabalhadas, quase não exportando, ou não exportando mesmo, em bloco, ou serrado. O valor acrescentado da nossa pedra que actualmente exportamos em bruto está pois sendo aproveitado por outros países, quando podia, perfeitamente, ficar em Portugal.

e. Organização de espaço

- (1) Assimetrias na distribuição geográfica da população, com elevadas densidades na faixa litoral entre Setúbal e o rio Minho, e muito baixas em todo o interior e no Alentejo. Grande concentração da população em dois pólos (Lisboa e Porto), com pequena dimensão dos outros centros urbanos do País.
- (2) Rede de estradas degradada e desigual, favorecendo as regiões litorais.
- (3) Caminho de ferro também favorecendo o litoral (65 por cento da rede no litoral entre Douro e Tejo) sem linha interior Norte-Sul, e limitada penetração Oeste-Leste, degradada, electrificada apenas em 12 por cento. Tem uma das mais baixas taxas de intensidade de tráfego na Europa (cerca de 1/4 da francesa por exemplo).

- (4) Rios de navegabilidade muito limitada, navegação costeira reduzida, ligações marítimas com os arquipélagos nacionais, muito deficientes.
- (5) As ligações aéreas, de eficiência regular na cobertura do território continental, têm sido consideradas insatisfatórias em termos de ligação com os arquipélagos.

f. Aspectos positivos, ou potencialidades mais relevantes

Da análise da situação, quanto a diferentes aspectos do factor físico, poder-se-ão seleccionar algumas potencialidades com grande interesse do ponto de vista da Defesa, e portanto da estratégica estrutural portuguesa. Essas potencialidades estão quase todas, de uma forma ou de outra, directa ou indirectamente, ligadas à situação geográfica do território nacional, situação essa reforçada pelo facto de incluir os 2 arquipélagos atlânticos («triângulo geoestratégico»):

- (1) Um primeiro grupo de potencialidades diz respeito à nossa relação com as grandes potências, e reside na capacidade para tirarmos partido do interesse que para essas potências existe na utilização de alguma ou algumas partes do território. Efectivamente, a posição dos arquipélagos e do território continental é de muito valor em termos de projecção do poder na direcção Oeste-Leste, designadamente dos EUA para a Europa, para o Norte de África, para o Médio Oriente e para o Sudoeste Asiático. Pode considerar-se também de muito valor como base para uma possível batalha aeronaval pelo controlo do Atlântico Norte, bem como para a luta anti-submarina, e para manter utilizáveis as vias marítimas que ligam o continente europeu aos Norte e Sul americanos e ao Sul de África. Constituem, além disso, uma esplêndida base para vigilância e controlo aeronaval em toda a região central e sul do Atlântico Norte, quer através de missões de patrulha de meios aéreos e navais, quer no domínio da radiogoniometria, quer para guiamento ou seguimento de mísseis intercontinentais, quer para instalação e funcionamento de centros de controlo de meios electrónicos e acústicos de vigilância aérea, marítima de superfície, e submarina, quer para ajudas à navegação, postos

meteorológicos, serviços de busca e salvamento, de coordenação da navegação aérea, etc. Eventualmente, o território nacional poderá funcionar como entreposto logístico para apoio de operações no teatro centro europeu, através da constituição de reservas estratégicas, ou como último reduto da defesa militar do mundo ocidental.

- (2) Um segundo grupo de potencialidades diz mais directamente respeito à defesa da independência nacional. Desde logo, a posse da maior parte da faixa ocidental da Península Ibérica, conjugada com a dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, confere ao nosso país uma condição periférica ibero-atlântica marcadamente distinta da do Estado espanhol, em que o peso continental e a pronunciada vocação mediterrânica tem subalternizado a faceta atlântica. Neste sentido pode considerar-se, e efectivamente assim tem sido considerado por muitos autores, como elemento essencial da nossa identidade nacional (e por essa via, da nossa independência) um certo espírito atlântico («atlanticidade») com raízes na forma e posição do território continental, na ligação com os arquipélagos atlânticos, e nos laços com as comunidades portuguesas, lusodescendentes, e de expressão portugueaa, espalhadas pelo Mundo. Por outro lado, e agora sob o ponto de vista da defesa em caso de invasão da parte continental do nosso território, daí não decorrerá forçosamente a eliminação do Estado português, desde que os centros de decisão política sejam na oportunidade transferidos para a parte insular. Quer dizer, as ilhas oceânicas podem compensar em parte a falta de profundidade do território continental. Também o facto de existir uma só fronteira terrestre simplifica o problema da consideração das ameaças, e no caso de um ataque terrestre ou aéreo, vindo do interior do Continente, o território espanhol cobre naturalmente o acesso ao nosso. A zona interior Norte-Centro, relativamente montanhosa, pode permitir a resistência nacional com base em acções de guerrilha contra um invasor. Por outro lado ainda, a grande abertura ao mar e a situação geográfica do território nacional facilitam o comércio por via marítima e aérea.

- (3) Um terceiro grupo de potencialidades diz respeito à grande extensão da ZEE, resultante da posição e configuração do território nacional, o que pode ter reflexos muito positivos na economia nacional, se disso formos capazes de tirar partido.
- (4) Todas as potencialidades, porém, carecem de ser fundamentadas numa capacidade efectiva de utilização do espaço nacional. Isto é, sem que o país disponha de transportes aéreos e marítimos que permitam fazer adequadamente todas as ligações necessárias entre as ilhas e o território continental, e que permitam assegurar por meios nacionais a maior parte do tráfego marítimo e aéreo, sem que disponha de meios adequados para fiscalizar e impor a sua soberania na ZEE, e sem que disponha de meios militares suficientes para afirmar a sua soberania em todo o território nacional, as potencialidades acima relacionadas não só não serão efectivadas, como até se agravarão como vulnerabilidades que também são.

g. Aspectos negativos, ou vulnerabilidades mais críticas

As vulnerabilidades principais decorrentes do factor físico correspondem, *grosso modo*, às potencialidades do mesmo factor, quase como as duas faces da mesma moeda. Isto é, a nossa situação descontínua-atlântica, periférica relativamente ao continente europeu, central relativamente ao Atlântico Norte, encerrará mais potencialidades ou mais vulnerabilidades consoante formos capazes ou não de utilizar e controlar o espaço que une (ou separa) as diferentes parcelas do nosso território. Em termos de vulnerabilidades, poderemos destacar as seguintes:

- (1) Do ponto de vista geoestratégico, a posição e forma do Território Nacional encerra uma quádrupla vulnerabilidade: situação na linha derradeira de contenção do Poder Continental pelo Poder Marítimo (fronteiras estratégicas nos Pirenéus, ou nos Açores); posição relativamente ao Norte de África (Madeira, OUA e relação com evolução política do Magrebe); posição relativamente ao Médio Oriente (Açores e possibilidade de retaliações árabes); posição relativamente ao Continente europeu, diminuindo a valia

estratégica da península espanhola, separando mares espanhóis e franceses, constituindo posição importante para a defesa da Europa Ocidental.

- (2) Do ponto de vista da unidade nacional, e da melhor valorização do potencial geoestratégico, a grande insuficiência das ligações marítimas e aéreas entre o território continental e os arquipélagos, e dentro destes, o que não só dificulta o seu desenvolvimento económico como também favorece o desenvolvimento da diferenciação de interesses e enfraquece a ligação cultural entre as populações respectivas.
- (3) A estreiteza da faixa continental do território nacional, com as principais cidades e centros económicos junto à costa, e fronteiras terrestres com um único país, tem como consequências: a dificuldade de articular uma defesa contra ataques terrestres, devido à falta de profundidade agravada pela compartimentação dominante do relevo no sentido Leste-Oeste, o que facilita a progressão do invasor e dificulta o balanceamento de forças de defesa; a necessidade de um eficiente sistema de detecção a grande distância e em todas as direcções, e de conduta de intercepção, capaz de assinalar vectores aéreos em tempo útil para as defesas aéreas e antiaéreas; a necessidade de eficaz capacidade de defesa do mar territorial; a existência de comunicações terrestres com o resto da Europa feitas exclusivamente através da Espanha, o que dá a este país a possibilidade de facilmente exercer pressão de peso proporcional à nossa dependência deste tipo de comunicação.
- (4) A maior parte do tráfego nacional faz-se por via marítima, que é vulnerável a ataques de potências marítimas. Mas essa dependência pode ser equilibrada pelo desenvolvimento, aliás urgente também por outras razões, da capacidade nacional de produzir alimentos, pela aliança, que já existe, com potências marítimas capazes de, e directamente interessadas em, combater a potência marítima ameaçadora, e ainda por um maior desenvolvimento das comunicações aéreas e terrestres, que lhes dêem capacidades supletivas e alternativas das marítimas para situações de emergência nestas.

5. FACTOR SOCIOLÓGICO

O factor sociológico contém as condicionantes mais profundas e mais inertes ou mais dificilmente modificáveis, do comportamento colectivo. É também, depois do factor físico, parece-nos, o segundo factor que nos permitirá obter poder eventualmente utilizável para intervenção na cena internacional.

a. Demografia

- (1) A população portuguesa era, em 1980, de 9 500 000 pessoas, (255 000 nos Açores e 253 000 na Madeira) com uma densidade média de 107 habitantes/km² (62 por cento da densidade da CEE, que é de 197 por km²). Mas esta densidade média corresponde a acentuadas assimetrias, com densidades muito elevadas no litoral Centro e Norte, e rarefeitas no interior e no Sul. Cerca de 36 por cento da população masculina situa-se na camada etária entre os 20 e os 45 anos (1 600 000). A taxa de crescimento, 0,8 por cento, pode considerar-se normal em termos europeus, e é até superior à média da CEE.
- (2) A população activa prefazia um total de 4 251 000 habitantes em 1979, com cerca de 350 000 desempregados, ou seja, uma taxa de desemprego de 8,1 por cento (5,5 por cento na CEE). A percentagem de desempregados tem vindo aumentar. Por sectores de actividade, a população activa distribui-se do seguinte modo: agricultura 30,6 por cento (7,6 por cento na CEE), indústria 35 por cento (40 por cento na CEE) e serviços 34,8 por cento (53,5 por cento na CEE).
- (3) Uma forte e tradicional corrente emigratória tem contribuído, ao longo dos séculos, para equilibrar a população residente face aos recursos económicos disponíveis. Actualmente o País tem cerca de 3 milhões de residentes no estrangeiro (estimativa do INE relativa a 31 de Dezembro de 1980), ou cerca de 4 milhões, em 96 países (consoante números adiantados pela Secretária de Estado para a emigração em conferência proferida no IDN em 7 de Março de 1984). A diferença destes números dever-se-á,

possivelmente, a abranger só cidadãos nascidos em Portugal, ou também luso-descendentes. A emigração tem atingido todos os estratos socio-económicos, e todo o território nacional, embora com especial incidência na população agrícola, predominantemente a Norte do rio Mondego e nas Regiões Autónomas, orientando-se especialmente para a França, Alemanha, África do Sul, Brasil, EUA, Angola, Moçambique, Canadá, Venezuela ... É um fenómeno eminentemente socioeconómico, sobre o qual medidas exclusivamente políticas têm pouca influência. Só um saudável e regionalmente equilibrado desenvolvimento económico poderá dar ao Estado português capacidade para controlar este fenómeno, de outro modo quase exclusivamente dependente de condicionantes externas (existência de mercados estrangeiros atraentes e disponíveis). Constitui, pelo seu volume em pessoas, e em capitais remetidos, um factor importante quer em termos económicos, quer de política externa.

b. Dinâmicas sociais

- (1) A nação portuguesa não é ainda um país industrializado e desenvolvido em termos europeus, como o atesta o seu PNB *per capita* (menos de metade do grego e do espanhol, países considerados pobres relativamente à maioria dos países do mundo ocidental), ou a elevada percentagem de população no sector agrícola (cerca de três a quatro vezes superior à da maioria dos países da CEE, e com uma produtividade muito inferior). Daqui resulta um nível de vida médio relativamente baixo, que é confrontado com o nível de vida médio muito mais elevado dos outros países ocidentais, cujo conhecimento é amplamente divulgado pelos meios de comunicação social, pelo turismo, pelos múltiplos contactos próprios das sociedades abertas, gerando-se assim elevadas expectativas, e desejos de melhorias rápidas, que não podem ser satisfeitos com rapidez desejada e que, ao contrário do que generalizadamente parece ser acreditado, não dependem automaticamente de nenhuma medida política (democracia, adesão à CEE) ou sociopolítica (tipo de regime comunista ou capitalista) nem

da acção iluminada de nenhum governante ou governo, mas sim, fundamentalmente, necessariamente, da capacidade de trabalho, não apenas árduo, mas também organizado, e da capacidade de colaboração, mútuo entendimento, ou concertação, dos parceiros sociais.

- (2) A sociedade portuguesa é, neste momento uma sociedade com muitas carências (habitação, emprego, assistência social, transportes, educação, etc.), muitas injustiças (profissões muito bem pagas a par de outras mal remuneradas, sectores beneficiados pela conjuntura e outros severamente prejudicados, assimetrias entre o litoral e o interior, etc.) e muito pouco preparada para pagar o preço indispensável do progresso, isto é, trabalho, produtividade, autocontenção, equilíbrio e concórdia social.
- (3) As tensões sociais existentes vêm sendo exploradas na luta política e são, como era de esperar, campo propício à alimentação de propostas radicais, o que contribui para dificultar as necessárias concertação social e estabilidade governativa.
- (4) A atitude da população relativamente à Defesa Nacional é complexa, e a falta de suficientes estudos e inquéritos dificulta qualquer avaliação que pretenda ser objectiva. Os meios de comunicação social reflectem um certo antimilitarismo, vindo tanto dos sectores políticos da esquerda como da direita, mas que pode representar apenas uma determinada camada de opinião circunscrita a uma média burguesia urbana e corresponder apenas a uma faceta da competição política interna. Por outro lado, apesar do desemprego relativamente elevado, tem-se verificado um elevado nível de fugas à prestação do serviço militar obrigatório (24 000 faltas à Inspecção só em 1979), e um número em crescimento acelerado de objectores de consciência.
- (5) Um inquérito efectuado em 1981 para o Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais indicou que 41 por cento da população está de acordo com a participação de Portugal na NATO, 9 por cento contra, ao mesmo tempo que 13 por cento da população está de acordo com a instalação de mísseis nucleares em Portugal e 43 por cento contra. Porém, a uma pergunta do mesmo inquérito sobre se se concorda com a instalação de mísseis nucleares em Portugal para defesa de Portugal e dos países da

OTAN, a concordância atingiu os 35 por cento, e o desacordo 24 por cento. Esta discrepância no resultado das duas perguntas sobre a instalação dos mísseis revela claramente a importância do esclarecimento na formação da opinião. A colocação dos mísseis, sem indicação da razão, obteve um resultado desfavorável, mas quando se indicou a eventual necessidade de fazê-lo, por razões de defesa, o resultado mudou de sinal.

- (6) Um inquérito mais recente (Julho de 1983) realizado pelo Centro de Estudos de Mercado e Análise Sócio Económica, para a Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, sobre o tema geral do Iberismo, embora conduzido apenas sobre uma pequena amostra de 980 entrevistados seleccionados aleatoriamente pelos métodos RANDOM-ROUTE e KISH, permite, mesmo assim, produzir algumas conjecturas com interesse para este trabalho. O sentimento patriótico parece apresentar alguns sinais de crise. A uma pergunta sobre a validade das razões para a Independência Nacional, obtiveram-se 13 por cento de negativas e apenas 57 por cento de afirmativas, salientando-se como especialmente preocupantes a situação na região interior Sul, com 43 por cento de negativas, e na camada etária mais jovem (18 a 35 anos) com 19 por cento negativas. Por outro lado, a elevada percentagem de indecisos (não sei, não respondo), cerca de 30 por cento a nível nacional, pode significar a «falência» dos sistemas de informação e formação (ensino, *mass media*, serviço militar, igreja, ambiente social), e pode significar também a larga quantidade de pessoas que uma adequada informação/motivação poderá facilmente recuperar em termos de patriotismo. Essa mesma «falência» dos sistemas de informação/formação parece estar patente na elevada percentagem de pessoas que não quiseram responder (56 por cento) a uma pergunta simples e inocente sobre a História de Portugal («Qual a figura portuguesa mais importante até 1900?»). Uma outra pergunta, sobre a conveniência de uma União Política entre Portugal e a Espanha, deu uma percentagem ligeiramente não favorável sob o ponto de vista do patriotismo da população em geral (65 por cento respostas negativas, contra 11 por cento afirmativas) confirmando-

-se as situações preocupantes no interior Sul (38 por cento de afirmativas) e na camada etária dos 18 aos 35 anos (14 por cento de afirmativas).

- (7) Julga-se que, de um modo geral, a esmagadora maioria da população portuguesa continua ainda consciente e ciosa dos valores patrióticos, mas necessitar-se-ia de uma urgente acção de esclarecimento, com continuidade e profundidade, sobretudo acerca das técnicas, processos e objectivos da estratégia indirecta, bem como de motivação, utilizando todos os meios disponíveis para intervenção na opinião pública (programas escolares, através da História, do Português, da Educação Cívica, programas culturais nos *mass media*, obras literárias e artísticas venerando os valores patrióticos e fazendo apelo à responsabilidade colectiva na defesa, conferências, debates, etc.).

c. Cultura

- (1) A cultura constitui um aspecto extremamente importante, mesmo decisivo, em termos de comportamento colectivo, portanto em termos de reacção colectiva às situações de perigo, de risco, de dificuldade, de crise. Poder-se-á dizer que das crises económica, política e social, que a generalidade dos comentadores e responsáveis identificam no sistema mundial deste final do séc. XX, a crise social é que comanda e condiciona as outras duas.
- (2) A tradição cultural do povo português é fortemente marcada pelos valores e concepções essenciais do cristianismo católico e da civilização grego-latina. caracteriza-se por uma grande homogeneidade étnica, linguística e religiosa, o que facilita a obtenção de consensos e a integração nacional, embora só por si não o garanta. A vida familiar é ainda forte e influencia o comportamento dos portugueses, sobretudo nos meios rurais. A influência da Igreja católica na vida social tem diminuído, em especial nas cidades e no Sul do País, mas apesar disso exerce-se ainda fortemente no modo de pensar e de proceder da maioria dos portugueses.
- (3) Tem sido notada por muitos autores uma relativa passividade cívica, que se traduz quer num fraco espírito de participação

da generalidade dos cidadãos nas actividades de interesse colectivo, quer numa eventual facilitação, para o Poder Político na imposição da sua autoridade. Isso poderá estar relacionado com grande incipiência de formação e de experiência política, o que também tem sido assinalado.

- (4) Também tem sido apontada ao nosso povo uma grande capacidade de convívio e de adaptação a outros povos e culturas, bem como tradicionais hábitos de solidariedade (que se distinguem do espírito de participação em actividades colectivas, mas podem fornecer uma base para isso) e capacidade de suportar grandes esforços e sacrifícios desde que motivado.
- (5) Os portugueses revelam também, em média, fácil capacidade de assimilação de técnicas e práticas específicas, com elevado nível de execução e notória habilidade para enfrentar situações imprevistas e improvisar soluções. Isso, porém, deve ser visto simultaneamente com outros aspectos que de certo modo neutralizam o efeito positivo deste, e que são, por exemplo, o prolongado atraso nos domínios económico, social e da instrução de grande parte da população portuguesa, absorvida sobretudo por preocupações de subsistência e marcada por uma mentalidade rural pré-industrial, bem como as reveladas insuficiências qualitativas e quantitativas nos estratos sociais mais favorecidos, inclusive, talvez sobretudo, nas élites intelectuais.
- (6) O sistema de ensino permanece em crise há longos anos, crise essa muito agravada pelo reflexo das alterações sociais ocorridas e do incessante aumento da população escolar, não acompanhado pela necessária melhoria das infra-estruturas e dos quadros docentes. Apresentamos uma taxa de analfabetismo de 23 por cento para maiores de 14 anos (em 1976 era de 15,6 por cento na Grécia, 9,8 por cento na Espanha, e 6,1 por cento na Itália). Oficialmente, a escolaridade obrigatória é de 6 anos, mas na prática frequentemente não ultrapassa os 4, enquanto nos países desenvolvidos é de 8 ou mais anos. As nossas taxas de frequência escolar são fortemente decrescentes a partir dos 10 anos, onde já atingiu os 94 por cento. Mas reduzem-se a 43 por cento para os 15 anos, e a 18 por cento para os 20 anos, o que se traduz

em taxas de frequência dos ensinos secundário, médio e superior mais baixas do que as respeitantes a países ocidentais. A formação profissional é muito incipiente, e com múltiplas carências, situação agravada com a eliminação das antigas escolas técnicas profissionais no ensino médio. O Ensino Superior caracteriza-se por um notório desajustamento, aliás tradicional, relativamente às realidades nacionais, e por ser visto e, aparentemente assumir-se mais como via de obtenção de diplomas para acesso a vantagens sociais elitistas do que para o serviço qualificado da sociedade.

- (7) A comunicação social apresenta-se, genericamente, caracterizada por: limitada preocupação com a informação objectiva, e com a formação cultural da população; tradição do exercício de jornalismo sem a adequada formação profissional e deontológica, tendo apenas por base, em muitos casos, a vocação pessoal; concentração em Lisboa e Porto dos principais órgãos. A Imprensa é representada por um elevado número de jornais diários, semanários e revistas (elevado tendo em conta a população total, e ainda mais a população leitora, do que resultam tiragens muito baixas). Por outro lado verifica-se insuficiente difusão da imprensa diária nacional nas comunidades de emigrantes. A televisão apresenta uma produção nacional de programas geralmente deficiente, qualitativa e quantitativamente, tempo médio de emissão diária inferior à generalidade dos países da Europa Ocidental, um recurso excessivo a produções estrangeiras, tornado inevitável pela baixa qualidade média, insuficiente quantidade, e elevado custo, dos programas nacionais.

d. Aspectos positivos ou potencialidades mais relevantes

Dos vários aspectos referidos neste factor, parece poder-se concluir que:

- (1) A população é bastante homogénea, o que facilita a compreensão mútua e facilitará a superação das tensões sociais e políticas conjunturais. A persistência do espírito de família tradicional,

alicerçado em valores de formação cristã, e de coesão das comunidades locais, contribui também para reforçar a coesão nacional.

- (2) A população é quantitativamente adequada às necessidades da defesa do Território Nacional. Possui um carácter suficientemente diferenciado e personalizado no contexto mundial e mesmo Peninsular. As suas tradições históricas e características culturais permitem considerar existir uma elevada probabilidade de forte apoio à Defesa por parte da sua grande maioria, em caso de agressão ou ameaça iminente e claramente percebida como tal, fazendo apelo a um profundo e generalizado sentimento patriótico que é tradicional e que, provavelmente, apenas necessitará de ser motivado. Em caso de estado de emergência é provável que seja obtido um elevado grau de obediência às autoridades, e de aceitação dos sacrifícios impostos. É também provável que seja fácil fomentar uma atitude colectiva favorável à resistência do tipo guerrilha contra um invasor. A marcada influência espiritual, social e política do cristianismo católico na História Nacional constitui importante esteio da identidade, coesão e independência nacionais, fortalece o espírito de solidariedade humana e de sensibilização e causas elevadas, suscitando mais fácil aceitação dos respectivos esforços e sacrifícios. Favorece também a natural adesão às políticas de Defesa dos Direitos Humanos e aos princípios democrático-liberais, com rejeição de ideologias, sistemas e comportamentos totalitários e materialistas, pelo que pode catalisar e reforçar resistências a acções de estratégia indirecta, designadamente político-ideológicas e terroristas, que repugnarão aos sentimentos humanitários e cristãos dos portugueses.
- (3) As comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo, pela sua dimensão, pela sua disseminação, e pelo apego tradicional dos seus elementos à língua e cultura nacionais, e aos laços familiares que as ligam às terras de origem, podem desempenhar uma função importante em termos de influências na defesa dos interesses nacionais junto dos países onde se encontram. Será necessário para isso que sejam suficientemente apoiadas, sobretudo em termos culturais, e que os interesses nacionais sejam compreendidos e aceites como seus, por essas mesmas comu-

nidades. Do ponto de vista económico, a sua influência através das remessas de divisas tem sido, e continuará a ser, durante os próximos anos, extremamente importante. Do ponto de vista cultural, os emigrantes em países desenvolvidos podem desempenhar um papel importante como portadores e difusores de maneiras de pensar melhor adaptadas à moderna sociedade industrializada. Isto tem como contrapartida o perigo de enfraquecimento da cultura nacional, se esta não for defendida nos próprios emigrantes.

- (4) A existência das numerosas comunidades de emigrantes, luso-descendentes, e de influência cultural portuguesa, pode favorecer o desenvolvimento das relações entre Portugal e outros países, nomeadamente, os do chamado Terceiro Mundo e, muito particularmente, os de expressão oficial portuguesa. Esse desenvolvimento de relações económicas, culturais e políticas, e a expansão da língua portuguesa, são susceptíveis de potencializar a capacidade de afirmação de Portugal no sistema internacional.
- (5) A facilidade de aprendizagem, de adaptação e de desembaraço que tem sido reconhecida à generalidade dos portugueses, dá-lhes boas condições para assimilação de técnicas e procedimentos importados, bem como de colaboração e integração em actividades de carácter internacional.

e. Aspectos negativos. Vulnerabilidades mais críticas

Neste sector as vulnerabilidades mais críticas parece poderem reconduzir-se fundamentalmente:

- (1) Ao possível enfraquecimento do sentimento patriótico e, conseqüentemente, da vontade de Defesa, provocado quer pelo «contágio» de ideias pacifistas e, ou, neutralistas, vindas da Europa e manobradas pelos Partidos Comunistas, quer pelo clima de luta e tensões políticas internas que no seu exarcebamento tendem a subalternizar o interesse geral, quer pela influência de partidos ou ideologias que se subordinam demasiado estreitamente a directrizes de política externa de outros

países, quer por falta de cultivo dos valores essenciais ao patriotismo, no ensino e na comunicação social, quer ainda por falta generalizada de conhecimento e de esclarecimento público dos problemas da Defesa e da acção inimiga em termos da Estratégia indirecta.

- (2) A generalizada falta de conhecimentos teóricos dos, e mesmo de sensibilidade aos, problemas da Defesa Nacional, inclusive ao nível das elites e dos meios responsáveis, contribuindo para dificultar quer o entendimento mútuo entre civis e militares no que respeita à Defesa, quer a definição dos objectivos estratégicos que concorram para os objectivos nacionais, quer ainda o estabelecimento de uma continuidade estável em termos de Política de Defesa Nacional.
- (3) A degradação do clima social e à agudização de tensões entre os grupos sociais, com possíveis reflexos regionais, que pode resultar de uma possível evolução negativa da situação político-económica e que pode ser explorada para fins de subversão e violência. A degradação que também se vem notando no estatuto familiar tradicional, que ocorre principalmente nos grandes aglomerados urbanos e tem efeitos negativos na coesão das famílias, favorece aquela degradação do clima social.
- (4) A existência de um antimilitarismo manifestado com frequência nos órgãos de comunicação social de vários sectores conotados tanto com certa direita como com certa esquerda, reflectindo certamente o sentir de uma determinada camada da burguesia citadina, e que, mesmo que não reflecta o sentir da maioria da população pode, se não for adequadamente combatido, vir, com o tempo, a influenciar a opinião pública, contribuindo para o enfraquecimento do patriotismo e para aumentar dificuldades já existentes na mobilização e no recrutamento dos quadros militares. No mesmo sentido produzem efeito as correntes de opinião que, em face da redução territorial (perca de África), minimizam as ameaças e consideram por isso excessivos os esforços e recursos empenhados na Defesa Militar, apesar da sua extrema escassez em valor real.

- (5) À preocupante rarefacção do povoamento interior, agravando os desequilíbrios no desenvolvimento regional (simultaneamente causa e consequência), rarefacção essa conjugada com a crescente atracção cultural e económica dos centros urbanos espanhóis fronteiriços (influência da TVE, das Universidades de Salamanca e de Badajoz, dos mercados espanhóis, etc.).
- (6) À existência de grandes comunidades portuguesas no estrangeiro, que podem ser utilizadas como meio de coacção por parte dos países onde estão radicadas. A possibilidade de regresso inopinado de residentes nacionais no estrangeiro, em quantidades susceptíveis de afectar negativamente a situação socioeconómica do país, é aliás uma eventualidade que seria desastrosa. Os residentes no estrangeiro estão também facilmente expostos a influências e manipulações que podem ser contrárias aos interesses nacionais e que podem inclusive introduzir-se na comunidade nacional através desses emigrantes, quando regressados, ou dos seus familiares. A larga superioridade numérica dos emigrantes acorianos nos EUA, relativamente à população residente nas ilhas, é também susceptível de ser explorada contrariamente aos interesses nacionais.
- (7) Ao atraso geral do País, e à carência de elites, do que resulta prodominância de maneiras de pensar pré-industriais, tendência para absorção fácil de «modas», usos e costumes importados, com deficiente critério ou mesmo sem nenhum, e deficiência na formação da opinião pública, demasiado apoiada em estereótipos e ideias feitas, que a fraca qualidade e falta de independência dos meios da comunicação social não critica eficazmente. Tudo isso contribui também para a facilidade de aceitação de concepções utópicas e irrealistas.
- (8) À degradação do ensino, com reflexos negativos: na densidade e qualidade das competências, na formação de juízos sobre a situação real e as necessidades, nas decisões e comportamentos de dirigentes e dirigidos e do cidadão em geral; na eficácia do Estado e da Administração; na falha da formação profissional limitando o desenvolvimento económico e a descentralização administrativa; na falha do ensino superior, que não fornece as

élites qualitativa e quantitativamente necessárias, nem a investigação suporte do desenvolvimento.

- (9) À permanência de uma mentalidade «providencialista», marcadamente pré-industrial, que propicia a excessiva tendência para pedir apoios, subsídios e ajudas ao Estado sem cuidar de onde e como poderá este obter os recursos tão assiduamente solicitados. Está relacionada com o pendor sebastianista que facilita a aceitação de figuras carismáticas ou de hábeis demagogos.
- (10) À insuficiência qualitativa e deficiente distribuição da informação social e dos seus profissionais, facilitando a criação de falsas imagens, designadamente de «factos políticos», através de informações incompletas, especulações e empolamentos, com reflexos negativos na vida política, social, moral e cultural da Nação; dificultando a difusão da informação nacional nas comunidades de emigrantes, o que contribui para o enfraquecimento dos vínculos culturais que os ligam a Portugal (sobretudo os da segunda geração); deixando largas faixas fronteiriças sujeitas à influência dos meios de comunicação espanhóis, em especial a TVE.

6. FACTOR ECONÓMICO

Menos inerte que o factor social, mas mais lento nas respostas e menos maneável que o factor político, é aquele de que depende o nível de vida dos indivíduos e mais frequentemente aparece nas preocupações de reestruturação. Directamente condicionado tanto pelo factor político como pelo social, e directamente também condicionando ambos, instrumento importante da Política externa, e fonte privilegiada de meios de coacção em termos de estratégia indirecta, natural é que apareça como factor fulcral do comportamento colectivo. Em termos nacionais, este factor apresenta-se, porém, como a nossa grande franqueza.

a. Características gerais

- (1) Modelo económico de tipo misto, ainda não totalmente estabilizado por persistirem condicionamentos institucionais e diver-

gências de natureza ideológica, que tem dificultado decisões e provocado alterações frequentes na orientação geral da política económica. Tudo isso tem contribuído para a falta de confiança de nacionais e estrangeiros quanto ao futuro da economia nacional e quanto à compensação e segurança dos investimentos, do que inevitavelmente resultam dificuldades para o desenvolvimento.

- (2) Saldo global negativo crónico, tanto da balança comercial, como da balança de pagamentos, como do OGE.
- (3) Fraco interesse no investimento produtivo, visto que os incentivos para amealhar são superiores aos para investir e os rendimentos do capital não compensam a inflação, tornando-se atraentes os investimentos especulativos e alimentando-se a «economia paralela».
- (4) Evasão e fraude fiscal que atingirão, segundo se calcula, cerca de 25 por cento das receitas fiscais efectivamente cobradas.
- (5) Sector empresarial do Estado fortemente descapitalizado e fortemente deficitário, deficientemente gerido, pouco dinâmico, permeável a motivações ideológicas e demagógicas.

b. Agricultura e pescas

- (1) A produção total do sector agrícola satisfaz apenas cerca de 50 por cento das necessidades alimentares do País, que é assim obrigado a uma elevada taxa de importação de produtos agrícolas e pecuários, responsável só por si por 20 por cento do défice total da balança de pagamentos, tornando-se vulnerável à pressões económicas e ficando com reduzida capacidade para suportar situações que impliquem a exclusiva utilização dos recursos nacionais. A produção total do sector primário contribui com apenas 10 por cento para a formação do PIB, apesar de ocupar mais de 30 por cento da população activa.
- (2) O solo do território nacional é, na maior parte, pouco fértil o que é agravado por factores sociais, técnicos e climáticos, como a insuficiência de zonas de regadio, inadaptação de muitas culturas à vocação dos solos, mau dimensionamento da propriedade (cerca de 64 por cento com menos de 4 ha, cerca de 31 por cento entre 4 e 20 ha, cerca de 31 por cento com

mais de 20 h, contra 43 por cento, 36 por cento e 18 por cento, respectivamente, na média da CEE), fertilizações inadequadas e insuficientes (cerca de três vezes menos que a média na CEE), irregularidades do clima, baixo nível de instrução da população agrícola (apenas 50 por cento dos empresários e 20 por cento dos empregados sabem ler), acentuado envelhecimento (mais de 80 por cento com mais de 45 anos), más condições de investimento, tecnologia geralmente antiquada, investigação científica insuficiente e, agravando isto tudo, deficiente sistema de comercialização da produção agrícola que afecta a produção, onde mantêm preços baixos, e o mercado de consumo, onde os preços altos afastam a procura.

- (3) Existência de condições favoráveis para o aumento da produção de determinados cereais, forragens, pastagens, explorações florestais, hortícolas, vinícolas, frutícolas, floricultura, cultura em estufas, determinadas oleoginosas, etc.
- (4) Portugal dispõe de uma ZEE cuja área total é 18 vezes a do Território Nacional. No entanto desconhecem-se ainda as suas reais potencialidades. Falta também uma frota adequada apetrechada para a pesca pelágica fora das plataformas continentais. Falta de meios para apoiar e proteger eficazmente os navios de pesca e exercer jurisdição de facto (presença, vigilância, fiscalização, inspecção e controlo da poluição). A lei vigente quanto à punição de delitos contra o interesse nacional no âmbito das pescas e da poluição é também excessivamente branda. A população ligada às actividades piscatórias evidencia carências de instrução e actualização técnica-profissional que dificultam a auto-reestruturação do sector.
- (5) Deficiente sistema de armazenamento, de distribuição, e comercialização, do pescado.

Frota pequena, qualitativa e quantitativamente deficiente, inexistência de navios-fábrica de apoio às pescas longínquas e do alto que viabilizassem maiores permanências no mar e menos desperdício do pescado. Limitado aproveitamento das embarcações existentes (em 1980 a média nacional de utilização da frota foi de 200 dias/embarcação no mar, contra cerca de 300 na CEE).

c. Recursos energéticos

- (1) Muito baixa capacidade de produção energética com recursos próprios (0,2 TEP por habitante) face a um consumo de 1 TEP/hab. que é reduzido (apenas 1/3 da média na CEE). Esta muito baixa capacidade própria reflecte-se numa dependência externa extremamente acentuada com os respectivos condicionamentos políticos e económicos.
- (2) Quanto a combustíveis líquidos e gasosos, que fornecem cerca de 85 por cento do total da energia consumida, a dependência das importações é total e a factura respectiva atinge cerca de 30 por cento do conjunto das nossas importações. Existe uma capacidade de armazenamento para cerca de 3 a 4 meses de consumo.
- (3) Quanto a combustíveis sólidos a produção nacional contribui com cerca de 2 por cento para o consumo global de energia, e o restante carvão importado corresponde a 4,6 por cento do total da energia importada. No entanto, embora de pequena importância e fraca qualidade, as reservas conhecidas e potenciais permitiriam aumentar a contribuição do carvão nacional até cerca de 9 por cento do consumo energético actual.
- (4) A situação nacional no que respeita a urânio é caracterizada por razoáveis reservas (cerca de 7 mil toneladas com exploração a preços correntes, cerca de mil toneladas a preços mais elevados, cerca de 6 mil adicionais estimadas). Em condições médias para a tecnologia actual permitiriam alimentar 2 grupos geradores de 1000 megaWatts durante cerca de 20 a 30 anos. Mas a instalação de centrais nucleares traz grandes dependências do estrangeiro decorrentes da necessidade de importação de materiais, peças, equipamentos, tecnologia, combustível enriquecido, reciclagem e armazenamento/tratamento de combustíveis irradiados, bem como a sujeição a rigorosos e dispendiosos sistemas de segurança, e o enfrentamento de problemas sociais e ecológicos de difícil solução, além da necessidade de investimentos muito elevados, tudo isso para obter uma rentabilidade económica arriscada (são frequentes os acidentes que, ou inviabilizam o prosseguimento da exploração, como aconteceu em Three Mile

Island, ou obrigam a enormes despesas adicionais) e discutível (mesmo sem ocorrerem despesas adicionais não previstas, o preço do KW nuclear tem sido considerado por alguns técnicos como superior ao do KW das centrais térmicas a carvão e, mesmo, a petróleo).

- (5) Quanto a energia hidroeléctrica, ela cobre cerca de 10 por cento do consumo global, variando conforme os anos à volta desse valor. Existem possibilidades de aumentar a exploração dos recursos hidroeléctricos até, talvez, cerca de 15 por cento do consumo actual. É, no entanto, um recurso fortemente condicionado pela variação acentuada do regime de chuvas e pelo facto da maior parte dos nossos rios provir de território espanhol.
- (6) Existem boas condições para exploração da energia solar (exce-lente índice de insolação, sendo o mínimo nacional superior ao máximo da Europa Central), da energia eólica, da biomassa e do biogás, mas essa exploração ou não existe ou é irrelevante. Nos Açores existem também boas condições para exploração de energia geotérmica, que começa agora a ser aproveitada. No seu conjunto, e segundo diversos estudos, o contributo possível destas diversas energias para a satisfação das nossas necessidades poderia fixar-se entre os 10 e os 20 por cento do total.

d. Indústria

- (1) Emprega cerca de 38 por cento da população activa. Contribui com cerca de 40 por cento para o PIB. Participa com cerca de 65 por cento nas exportações, mas inclui cerca de 60 por cento das importações (matérias-primas e bens de equipamento). Estrutura geral da indústria errada, por haver crescido à sombra dum condicionamento industrial que durou demasiado e com o objectivo limitado à substituição de importações, sendo, em regra, pouco competitiva.
- (2) Excesivo predomínio de pequenas e médias empresas (apenas 10 por cento das empresas tem mais de 500 trabalhadores, e cerca de 50 por cento têm menos de 10), com carências de gestores e quadros técnicos, bem como de equipamento e tecnologia actualizada. Grande peso relativo de sectores industriais

que se encontra em crise na Europa (têxteis, construção naval, siderurgia). Produtividade geral muito baixa (3 a 5 vezes inferior à da maior parte dos países europeus).

- (3) Existência de alguns sectores industriais com capacidade e viabilidade, como o electromecânico dos componentes eléctricos, o da mecânica ligeira, o da construção civil, o do calçado, o do turismo, mobiliário, pedras ornamentais, e facilidade de adaptação profissional dos trabalhadores, cujos salários são relativamente baixos, o que tem permitido compensar a muito baixa produtividade.
- (4) Tem-se verificado uma persistente dificuldade em atrair investimentos, tanto nacionais como estrangeiros.
- (5) Carência, em geral, de tradições científicas e tecnológicas, em especial no campo da investigação. O sistema científico e tecnológico está deficientemente estruturado, e mal apoiado em meios financeiros e humanos. As condições de transferência de tecnologia têm sido em geral bastante gravosas para o nosso país, impondo, muitas vezes, importação em bloco e impedimentos à exportação (85 por cento dos contratos de transferência de tecnologia).
- (6) Existe uma indústria militar (empregando cerca de 0,4 por cento da população activa, ou seja 1 por cento dos trabalhadores da indústria, contribuindo com 0,7 por cento para a formação do PIB e 1 por cento para as exportações) com tradições e razoável capacidade tecnológica no fabrico de armamento ligeiro, munições, explosivos, manutenção e reparação de alguns tipos de aviões e de navios. Existe também um sector de indústria civil susceptível de fácil reconversão para fins militares, designadamente na construção naval e no fabrico de componentes electrónicos. No conjunto, tanto a indústria militar como a civil afim têm tido um contributo muito reduzido e tecnologicamente limitado para o equipamento e apoio das FA portuguesas, e praticamente nulo para o esforço de defesa da Aliança Atlântica onde, no entanto, haveria oportunidades a explorar.

e. Relações económicas internacionais

- (1) Deterioração constante dos termos de troca, dado que o valor dos produtos importados tem crescido mais rapidamente do que o valor das nossas exportações. Grande desequilíbrio da balança de pagamentos que atinge valores muito preocupantes (cerca de 2,3 biliões de dólares de déficite em 1981, cerca de 3,2 biliões em 1982, e 1,7 em 1983). Recuperação significativa em 1984, mas à custa duma evolução negativa do crescimento do PIB.
- (2) O nível de despesa interna, em consumo e investimento, tem vindo a ser superior ao produto interno. A dívida externa atingiu 9,1 biliões de dólares em Junho de 1981, do que resulta, só nesse ano, um pagamento de cerca de 900 milhões de dólares de juros ao exterior. O total de reservas cambiais, avaliando o ouro à cotação do mercado, pouco excedia então o total da dívida (11,9 biliões de dólares). Em Março de 82 a dívida externa ultrapassava o valor das reservas de ouro + divisas, ao preço do mercado. Em 82 a dívida externa acumulada atingiu 60 por cento do PNB.
- (3) Importação predominantemente oriunda da OCDE (cerca de 73 por cento), correspondendo 42 por cento à CEE, 8 por cento à EFTA, 6 por cento à Espanha, 17 por cento para os restantes. Exportação predominantemente dirigida à OCDE (cerca de 81 por cento) sendo cerca de 56 por cento para a CEE, 13 por cento para a EFTA, 3 por cento para a Espanha, e 9 por cento para os restantes. Investimento externo directo oriundo em 50 por cento da CEE, em 26 por cento da EFTA, em 8 por cento dos EUA, em 3 por cento de Espanha. Volume de importação e exportação muito reduzido com os países de língua portuguesa:
 Brasil (1,0 — 1,1 por cento), Angola (0,2 — 3,3 por cento), C. Verde (0,0 — 0,6 por cento), Guiné (0,1 — 0,4 por cento), Moçambique (0,6 — 0,6 por cento), S. iTomé (0,1 — 0,2 por cento).
- (4) A frequência geral da economia, o enorme desequilíbrio da balança comercial (exportações cobram menos de 50 por cento das importações) a fraqueza do investimento interno, a escassez de

matérias-primas e de investigação tecnológica tornam Portugal muito dependente das relações económicas externas. Membro da EFTA, está negociando a sua admissão na CEE, com cujos países tem a maior parte das relações comerciais, de investimento e de importação tecnológica. Vem também procurando recuperar os mercados africanos perdidos após 1974, mas não só a capacidade de penetração se tem mostrado muito limitada como parece terem vindo a verificar-se grandes dificuldades em obter o pagamento das exportações.

f. Transportes e comunicações

- (1) A localização, a composição e o ordenamento do TN, pesadamente dependente do exterior quanto a produtos de natureza essencial, implicam a necessidade de sistemas de transporte e de comunicações diversificados que facilitem o relacionamento interterritorial e que acautelem a independência nacional. No entanto, neste sector verificam-se graves carências de capacidade, de organização, e de infra-estruturas.
- (2) A rede ferroviária, concebida há mais de 100 anos, totalmente implantada há mais de 50, tem um equipamento obsoleto, e a sua exploração, a cargo de uma única empresa nacionalizada, tem dado lugar a muitas críticas, fundamentadas em enormes défices, má qualidade dos serviços prestados, deficientes produtividade (1/2 da japonesa por exemplo), baixa taxa de mercadorias transportadas (22 por cento do total nacional), fraca intensidade do tráfego (1/4 da francesa). A maior parte da via férrea (65 por cento) serve o litoral entre o Douro e o Tejo. Não existe uma linha interior Norte-Sul. A percentagem de electrificação da rede é também muito baixa (cerca de 12 por cento). A quantidade de pessoal é excessiva (cerca de 40 por cento a mais, segundo estudos confiados a diversas empresas estrangeiras especializadas).
- (3) A rede rodoviária privilegia o litoral e serve mal o interior. O piso é, em geral, mau, e a rede de auto-estradas é insignificante. O parque rodoviário é escasso (em 1977 era de 107 viaturas por 100 habitantes, contra 161 em Espanha, e 300 de média na CEE) e envelhecido.

- (4) O sector dos transportes marítimos é altamente deficiente. A frota oceânica cobre apenas 15 por cento das necessidades nacionais (cerca de 94 por cento das nossas importações e 75 por cento das nossas exportações utilizam o transporte marítimo). O sistema portuário é seriamente condicionado pela escassez de portos com condições aceitáveis (Lisboa, Leixões e Sines concentram 90 por cento do movimento total). Padrões gerais de estruturação, gestão de pessoal, segurança, e escoamento de cargas, muito inferiores aos europeus. Os portos das ilhas estão deficientemente equipados. A competitividade geral do sector dos transportes marítimos é muito limitada, devido não apenas à obsolescência dos navios e a problemas de gestão, mas também à muito baixa produtividade devido a excesso de pessoal nas empresas e nas tripulações, a salários muito elevados relativamente à média do País, a estatutos de trabalho com exorbitantes facilidades e benefícios fora da realidade nacional.
- (5) O sector dos transportes aéreos caracteriza-se: pela existência de duas empresas nacionalizadas, a TAP, responsável pelas ligações aéreas no continente, inter-regionais e com o exterior, e a SATA, responsável pela ligação entre as ilhas dos Açores; por uma razoável malha de aeroportos e pistas; por uma relativamente baixa produtividade das duas empresas devido a problemas de gestão, material, e excesso de pessoal, com regalias e privilégios deslocados na sociedade portuguesa, e por uma eficiente capacidade de apoio técnico às frotas nacionais e a algumas estrangeiras, pelos respectivos serviços da TAP e da Força Aérea (OGMA); e ainda pela actual saturação das capacidades dos principais aeroportos.
- (6) O sector das telecomunicações caracteriza-se genericamente por deficientes ligações entre as três parcelas do território, baixa produtividade, dependência da tecnologia importada, e existência de numerosos rádios-amadores que, em situação de crise, podem prestar serviços de grande utilidade. Neste sector têm-se, porém, verificado importantes esforços para se modernizar nos últimos anos.

g. Aspectos positivos, ou potencialidades mais relevantes

O factor económico é, claramente, uma das principais fraquezas colectivas da nação portuguesa, e é difícil enumerar potencialidades que, pelo menos na actual conjuntura, possam ser consideradas importantes para a definição de conceitos estratégicos nacionais. No entanto, sempre se poderá referir:

- (1) A existência de uma indústria militar, com algumas empresas tecnicamente evoluídas e com possibilidades muito interessantes de desenvolvimento, bem como de empresas industriais não militares mas susceptíveis de fácil adaptação a fins militares. Contribuição importante de alguns estabelecimentos fabris militares — OGMA, FMBP, FNMAL, Arsenal do Alfeite — para obtenção e desenvolvimento de tecnologia, bem como economia de divisas através de exportação de serviços e produtos. Possibilidade de maior aproveitamento de oportunidades oferecidas pelo reequipamento militar do País, pela NATO, por acordos com outros países, designadamente os de expressão portuguesa em África.
- (2) A existência de muito boas ou boas condições para a exploração de fontes de energia renovável (solar, eólica, biogás, biomassa), o que a ser feito poderia não só diminuir apreciavelmente a factura anualmente paga pela importação de combustíveis como diminuir a exagerada dependência actual dessa importação, como ainda provocar o aparecimento de pequenas empresas de construção do equipamento necessário a essa exploração, o que viria a ter repercussões benéficas na economia em geral.
- (3) A existência de recursos de pesca, ainda mal conhecidos mas aparentemente ricos, que, se devidamente explorados por uma frota pesqueira moderna — que não existe ainda — e por indústrias de frio e de conservas alimentares adequadamente dimensionadas, poderiam diminuir drasticamente a grave dependência actual do estrangeiro em matéria de alimentação.
- (4) A existência, apesar das grandes carências nesse sector, de uma razoável capacidade tecnológica e científica que possibilitariam a implementação ou fomento de indústrias intermédias e até

mesmo algumas de ponta — electrónica, farmacêuticas, etc. —, com possível incidência no sector militar.

- (5) Existência de condições naturais para explorações florestais, cujos variados produtos não só apresentam capacidade para satisfazer necessidades de consumo interno como têm ainda apreciável vocação exportadora, cobrindo já percentagens significativas da exportação nacional e encontrando receptividade na CEE, que importa cerca de metade das suas necessidades neste domínio. Pode ainda contribuir para a satisfação de uma pequena parte das nossas necessidades energéticas, e serve de protecção contra a erosão dos solos, bem como para a formação de microclimas favoráveis a determinadas culturas. Existência de condições naturais boas para as culturas em estufas (flores, plantas de jardim, primores hortícolas). Existência de condições naturais para aumentar a produção de suínos, caprinos, ovinos, bovinos, com repercussões positivas no mercado interno e possibilidades de exportação.
- (6) Capacidade de penetração das disponibilidades científicas e tecnológicas nacionais nalgumas áreas do Terceiro Mundo, especialmente nos países de expressão portuguesa.

h. Aspectos negativos. Vulnerabilidades mais constrangentes

Neste campo, as vulnerabilidades principais parece poderem reconduzir-se fundamentalmente:

- (1) Às grandes distorções estruturais gerais da nossa economia, que não só não têm sido minoradas como também tendem a agravar-se. A resolução dessas falhas estruturais parece defrontar-se com alguns obstáculos maiores, tais como:
 - (a) A degradação clara do sistema geral do ensino que condiciona fortemente a obtenção de quadros tecnicamente capazes para os próximos vinte anos, obtenção essa que, no entanto, é essencial para o desenvolvimento económico.
 - (b) Também a investigação técnico-científica, outra fonte indispensável, continua fortemente estrangulada.

- (c) Uma terceira condicionante, o desenvolvimento da produtividade agrícola, continua por se fazer, e pesa de forma extremamente grave não só na nossa balança comercial como na independência nacional face ao mercado internacional da venda de alimentos, ao mesmo tempo que não permite a expansão do mercado interno necessário ao desenvolvimento geral da economia produtora.
 - (d) Finalmente, os circuitos comerciais e as comunicações e transportes são inadequados ou insuficientes, e a maior parte das empresas industriais são mal dimensionadas, mal geridas, ou mal equipadas.
- (2) A insuficiência da indústria militar nacional e indústrias civis correlativas para contribuírem de forma significativa no esforço de reequipamento e modernização das nossas Forças Armadas.
 - (3) A grande dimensão de uma dívida externa que continua a crescer e que aumenta cada vez mais a nossa dependência do exterior.
 - (4) A escassez ou inexistência de armazenamento de alimentos e de materiais de interesse estratégico.
 - (5) A grande extensão da nossa ZEE, conjugada com inexistência de meios suficientes e adequados, quer para a sua exploração, quer para a sua fiscalização e controlo.
 - (6) A grande dependência do exterior em matéria de produção de energia (cerca de 90 por cento, o que é uma das mais fortes dependências em todo o Mundo).
 - (7) A situação no sector empresarial do Estado: actividades que são das mais importantes para a economia do País sujeitas a quebras de continuidade de processos e falhas de deficiência, por razões de instabilidade política e/ou critérios políticos de nomeação de gestores; excesso de burocracia e de pessoal, com acentuado absentismo abusivo; efeitos nocivos de certas situações de monopólio quanto a rentabilidade das empresas e a preços praticados. Déficits crónicos e extraordinariamente avultados.
 - (8) A estrutura industrial incaracterística, débil, dependente, com matriz incompleta e sem integração vertical, baseada sobretudo

num conjunto de milhares de pequeníssimas empresas sem economia de escala, de difícil coordenação, em grande parte funcionando em muito más condições tecnológicas e de gestão, apoiadas exclusivamente no baixo custo de mão-de-obra; com fraca diversificação e excessiva concentração em sectores como os têxteis, siderurgia, petroquímica, muito sensíveis à concorrência internacional; com dependência quase total de equipamento e maquinaria fabricada no estrangeiro por ausência de produção nacional.

- (9) A carência de tecnologia adequada e de capacidade para a desenvolver, ou mesmo sequer para absorver a disponível, por parte da grande maioria das empresas. Excessiva dependência da tecnologia estrangeira e peso dos encargos da respectiva transferência. Falta de ligação entre as empresas, os organismos que se dedicam à investigação científica, e as Universidades.

7. FACTOR POLÍTICO

É realmente o *factor chave*, já que as decisões, e a sua implementação, dependem dele. É, naturalmente, o factor menos inerte, onde é mais fácil actuar e mais rapidamente se produzem efeitos. Mas a importância dessas actuações e desses efeitos, ou melhor a importância de todo o factor político, reside muito mais na sua capacidade de entender e correctamente modificar os factores económicos e sociológicos, do que nele próprio. Em si mesmo, o Factor Político depende de dois aspectos: um é a definição do sistema político, ligado a características ideológicas e subjectivas, que formula as orientações de manobra e os limites; o outro é o da eficiência geral média das pessoas que servem o sistema político, e essa eficiência, que é a determinante «radical» de toda a eficiência, depende dos aspectos sócio-culturais e resulta, predominantemente, das realidades concretas da sociedade em questão.

a. Sistema político

- (1) O sistema político português é o da democracia pluralista baseado na filosofia liberal, em que a vontade dos indivíduos é a fonte da soberania e é delegada através de eleições por voto

secreto em representantes apresentados ao voto pelos partidos políticos

- (2) Existe separação dos poderes políticos tradicionais, e liberdade de expressão das ideias, bem como respeito expresso e efectivo de todos os direitos fundamentais que constam na Declaração Universal dos Direitos do Homem (art.º 16.º da Constituição da República).
- (3) Os sistemas demo-liberais, como o português, favorecem a *liberdade*. Isso tem como contrapartida maior instabilidade social e mais difícil governação, mas tem como grande vantagem o favorecer a criatividade e a iniciativa com repercussões no progresso científico e tecnológico, no desenvolvimento económico, na criação artística, e tem como vantagem menos garantida o favorecer a coesão (teoricamente a liberdade de expressão e a descentralização administrativa atenuarão os choques de interesses e facilitarão a sua harmonização progressiva). Os sistemas totalitários, ou as ditaduras, de partidos ou de pessoas, de direita ou esquerda, favorecem todos a *ordem* e a *segurança*, valores aos quais sacrificam a liberdade. Tem como contrapartida o despotismo, o arbítrio (tornando inevitável na medida em que é indenunciável e incontrollável), o conservadorismo rígido, tudo prejudicando o progresso científico e tecnológico, o desenvolvimento económico, a criação artística, a criatividade em geral.
- (4) Do sistema político português resulta que a opinião pública pode exercer uma grande influência, que em certos casos pode mesmo ser decisiva, na condução das decisões políticas.
- (5) A estrutura do aparelho do Estado, considerada quanto à gestão do respectivo pessoal, à organização e funcionamento dos respectivos serviços, tem sido reconhecida como deficiente, e tem permanecido como tal apesar das sucessivas remodelações. Também tem sido reconhecida a existência de excessos de pessoal na função pública, mas apesar disso os sucessivos governos tem vindo a aumentar ainda mais a quantidade total, que passou de cerca de 200 mil funcionários em 1974, a mais de 400 mil em 1981, e continua a crescer.

- (6) Os tribunais têm-se mostrado insuficientemente expeditos na administração da justiça, o que, conjugado com um sistema penal geralmente considerado como muito benevolente, e com frequentes amnistias, vem contribuindo para uma situação de aumento da criminalidade em geral, e, mais grave ainda do que isso, poderá estar contribuindo para a degradação, na população, do sentido da responsabilidade, da justiça, e da moral.
- (7) O Estado Português tem sido tradicionalmente centralizador, seguindo uma tendência histórica praticamente contínua desde o séc. XVI. Actualmente está-se procurando inverter essa tendência, concedendo uma ampla autonomia político-administrativa, que inclui poderes legislativos e executivos aos arquipélagos (regiões autónomas), e atribuindo às autarquias locais recursos financeiros e liberdade de gestão muito superiores aos que dispunham até 1974. É um processo que está ainda no seu início, que pode contribuir para fomentar o desenvolvimento regional através de uma mais oportuna e adequada resposta às necessidades locais, e para fomentar o espírito cívico, interessando as populações na solução dos seus problemas colectivos, mas pode também contribuir para um aumento explosivo da corrupção, dos desvios e abusos do poder ou, simplesmente, dos erros por incompetência. O futuro dirá qual das possibilidades prevalecerá.

b. Dinâmicas políticas

- (1) O Estado sofre a acção directa da pressão organizada por determinados interesses sectoriais (partidos, movimentos e grupos de reflexão política, sindicatos, organizações patronais, etc.) que estão devidamente institucionalizados e têm meios para influenciar fortemente as decisões do governo, forçando a compromissos constantes.
- (2) Existe uma certa tendência de divisão regional, grosseiramente entre Norte e Sul, que, em termos de dinâmicas políticas, será devida à desigual influência e capacidade de actuação dos partidos políticos comunistas, que rejeitam o actual modelo de sociedade. Daí resultam tensões sociais e enfraquecimento

da coesão nacional e, pela divisão regional das influências partidárias, enfraquecimento da acção dos Governos a nível nacional.

- (3) Tem-se verificado uma relativa instabilidade política e social que se traduz, designadamente, na sucessão de 16 governos nos últimos anos, e numa quase ininterrupta sucessão de greves nos mais variados sectores — mas com nítida predominância dos sectores nacionalizados — e pelos mais variados motivos, muitas vezes de natureza claramente mais política que laboral.

c. Linhas mestras da política externa

- (1) Portugal faz parte da Aliança Atlântica, da EFTA, da OCDE, do Conselho da Europa, e está a negociar a sua entrada para a CEE.

(2) Pela geografia, pela história, e pela cultura, Portugal insere-se na Europa Ocidental, com quem efectua a maior parte das suas trocas comerciais, mas a sua posição geográfica e as suas tradições atlânticas e ultramarinas criaram-lhe laços e vocações que lhe estabelecem afinidades e interesses com o Brasil, os países de expressão oficial portuguesa, a generalidade dos países da América Latina e diversos países africanos e asiáticos, designadamente os de civilização islâmica, desenhando-se assim duas grandes linhas de orientação da política externa: de ligação à Europa Ocidental e aos EUA, por um lado, e de afinidade e de estreitamento de relações culturais e, eventual e desenhavelmente, económicas, com países africanos, americanos, asiáticos e, Terceiro Mundo. Uma vocação europeia e uma vocação ecuménica, ambas reais, que não se podem nem devem substituir-se uma à outra, mas sim complementar-se.

- (3) Os partidos políticos principais dependem da ajuda financeira exterior e encontram-se ligados a grandes organizações internacionais (Internacional Comunista, Internacional Socialista, Internacional das Democracias Cristãs, Internacional Liberal...). Daí resulta uma facilitação da introdução no nosso país de directrizes orientadas para interesses que podem não coincidir com os interesses nacionais. Designadamente, o Partido Comu-

nista Português tem sido considerado como um dos mais fiéis, em todo o Mundo, à direcção do Partido Comunista da União Soviética.

d. Aspectos positivos ou potencialidades mais relevantes

Dos vários aspectos referidos neste sector parece poder-se concluir o seguinte:

- (1) O sistema democrático do tipo ocidental, apesar dos problemas da sua implementação e das deficiências do seu funcionamento entre nós (das quais uma das mais evidentes e de efeitos mais nocivos parece ser a dificuldade de fazer perceber a importância do exercício da autoridade) tem permitido uma inserção no quadro político, económico e militar, do Ocidente, que de outro modo seria difícil ou mesmo impossível.
- (2) O mesmo sistema democrático permite encontrar equilíbrios sociais, definir interesses e aliciar vontades por consenso generalizado, resolver os conflitos e aliviar as tensões sociais. Também pode agudizar e multiplicar as tensões e os conflitos. As potencialidades que encerra dependerão do curso dos acontecimentos actuais e do futuro próximo, sobretudo ao nível dos partidos políticos, dos sindicatos e organizações patronais, e dos órgãos de comunicação social, pois dependem muito mais de uma pedagogia, que parece estar ainda por fazer, e de uma informação honesta, oportuna e acessível, sobre a *realidade* nacional, que não tem sido feita, do que de instituições e órgãos criados por decreto, que na prática têm acabado por não funcionar.
- (3) As experiências de descentralização em curso poderão contribuir para a aceleração do progresso económico e para incentivar o espírito participativo das populações nos problemas de interesse comum em todo o País. Poderão também, pelo contrário, acelerar a desagregação económica e a desmoralização geral pela multiplicação da corrupção e das intervenções incompetentes. Também aqui, só os próximos anos permitirão esclarecer qual dos sentidos será o da evolução.

e. Aspectos negativos. Vulnerabilidades mais constrangentes

Neste campo as vulnerabilidades principais parece poderem reconduzir-se fundamentalmente:

- (1) A uma deficiência, crónica e agravada, da «máquina» administrativa do Estado, que vem aparecendo na opinião pública como pesada, lenta, e pouco eficiente na implementação das medidas decididas pelos órgãos de soberania.
- (2) A uma possível depreciação da imagem pública dos partidos e do sistema democrático, que resultar da conjugação de uma crise económica em agravamento, com uma competição política que frequentemente parece esquecer a gravidade da situação nacional. Essa depreciação pode ser acelerada pela suspeita de fenómenos de corrupção não combatidos.
- (3) A uma grande dificuldade que, até agora, decorridos 11 anos desde o 25 de Abril, se tem mostrado inultrapassável para encontrar consensos e compreensão mútua entre os chamados «parceiros sociais».
- (4) Às dificuldades de uma experiência de descentralização que se está iniciando, e cujas potencialidades e perigos foram atrás referidos.
- (5) À descontinuidade da acção administrativa decorrente da nomeação de quadros superiores ser condicionada pelos interesses partidários.

8. *FACTOR MILITAR*

O factor militar é apenas um dos vários sectores da vida pública que contribuem para a Estratégia Total, isto é, um dos grandes instrumentos ao seu dispor. Quer dizer, devendo servir, da melhor forma possível, à obtenção dos *objectivos* definidos pela *Política*, é esta que, através da sua Política de Defesa, deve estabelecer as grandes linhas da sua estruturação. Mas como não pode mudar-se nem a natureza nem a forma e dimensão da Instituição Militar todas as vezes que mudam os governos, os grandes *objectivos* (missões) e as grandes

linhas de estruturação da Instituição militar têm de ter permanência superior às Políticas de Defesa (mutáveis ou ajustáveis com os governos), e deverão por isso deduzir-se directamente de um conceito estratégico de D.N. quando exista (e em Portugal a Lei da D.N. impõe que exista) e, ou, de uma estratégia estrutural, devidamente integrada na estratégia estrutural total, ou, não existindo nada disso, pelo menos terão que ser estabelecidas a partir de pressupostos estratégicos devidamente definidos e ratificados ao mais alto nível do Poder Político, e tendo em vista os dados «permanentes» de Segurança, do Interesse Nacional e da política externa adequada a essa Segurança e a esses Interesses.

a. Doutrina

- (1) Embora exista já um conceito estratégico de Defesa Nacional (estratégia total), não estão ainda definidas directivas concretas fixadas pelo Governo. Do antecedente, a falta dessas directivas concretas tem tido como consequência que cada um dos Ramos vem estabelecendo, de uma forma separada, os seus planos e objectivos.
- (2) A análise histórica da actividade operacional das Forças Armadas e dos tipos de guerra em que estiverem empenhadas nos últimos 160 anos (desde 1820, após as Invasões Francesas) mostra que:
 - (a) Houve muito pouca experiência de guerra com Estados de nível social e político comparável com o nosso. Tal experiência reduz-se praticamente a uma curta e limitada participação na Guerra de 1914 — 1918,, (cerca de um ano), em que, aliás, foi dramaticamente sentida, pelas nossas forças, a sua inferioridade em equipamento, armamento, e capacidade de apoio logístico.
 - (b) Houve durante largos períodos, e em várias épocas, intervenções frequentes das Forças Armadas na vida política, através de manifestações, revoltas, golpes de Estado e guerras civis.
 - (c) Houve uma longa experiência de guerra colonial, quer do tipo colonial tradicional, de confirmação da soberania e pa-

cificação de tribos sublevadas, quer, na experiência recente, do tipo de guerra subversiva de independência.

- (3) Pode-se portanto concluir que o padrão tradicional do empenhamento das Forças Armadas Portuguesas nos últimos 160 anos tem sido relativamente pouco exigente em meios materiais, em organização, em instrução e em capacidade técnica. A utilização predominante tem sido a da infantaria — mesmo as outras armas têm sido muitas vezes utilizadas como infantaria — em pequenas unidades e acções relativamente independentes.

b. Estrutura de comando e controlo

- (1) O «Comando Supremo» das Forças Armadas compete ao Presidente da República (art.º 39.º da Lei da D.N.), mas este Comando, conforme se depreende dos direitos e deveres consignados na Lei, é meramente honorífico em tempo de Paz. Em tempo de guerra dá-lhe o direito de assumir a « direcção superior » da guerra « em conjunto » com o Governo, « dentro das competências constitucionais e legais de cada um » (art.º 63.º). A indefinição destas competências pode facilmente abrir caminho a conflitos ou a hesitações cuja eventualidade de ocorrência em situação tão grave não pode deixar de preocupar seriamente todos os que têm responsabilidades em questões de segurança e defesa.
- (2) O Comando efectivo de cada um dos Ramos compete ao respectivo Chefe do Estado-Maior, competindo ao Chefe do Estado-Maior-General exercer a coordenação entre os Ramos. Em tempo de guerra, o CEMGFA assume o Comando completo das Forças Armadas, através dos CEM dos Ramos (art.º 53.º). Em tempo de Paz, exerce o Comando operacional das Forças Armadas através dos CEM dos Ramos e dos Comandantes Chefes. Em tempo de guerra ou crise exerce também o Comando das Forças de Segurança, através dos respectivos Comandantes gerais.
- (3) A competência para fazer leis e regulamentos sobre a organização, o funcionamento e a disciplina das Forças Armadas per-

tencem à Assembleia da República (art.º 40.º), ao Governo (art. 42.º) e ao Ministério da D.N. (art.º 44.º).

- (4) Quase nulo grau de integração e pouca experiência de coordenação entre os Ramos e aos diversos níveis. Persistência de tradições de um forte espírito de corpo e de autonomia dos Ramos.
- (5) Prática tradicional da mobilização geral ou parcial das classes de conscritos para dar satisfação aos requisitos de alargamento dos efectivos das Forças Armadas em caso de emergência ou de crise.

c. Efetivos ⁽²³⁾

- (1) As Forças Armadas Portuguesas têm um total de 64 000 homens para uma população de 9,9 milhões (43 000 na Noruega para 4,1 milhões; 103 000 na Holanda para 14 milhões; 185 000 na Grécia para 9,9 milhões; 68 000 na Suécia para 8,3 milhões; 95 000 na Bélgica para 9,9 milhões; 162 000 na Bulgária para 8,9 milhões).
- (2) No Exército prestam serviço 41 000 homens, ou seja 64 por cento (Noruega: 24 000 — 56 por cento; Holanda: 67 000 — 65 por cento; Grécia: 142 000 — 77 por cento; Suécia: 48 000 — 71 por cento; Bélgica: 70 000 — 74 por cento; Bulgária: 120 000 — 74 por cento).
- (3) Na Marinha prestam serviço 13 000 homens, ou seja 20 por cento do total (Noruega: 9 000 — 21 por cento; Holanda: 17 000 — 16,5 por cento; Grécia: 19 500 — 10,5 por cento; Suécia: 10 000 — 15 por cento; Bélgica: 4 600 — 5 por cento; Bulgária: 8 500 — 5 por cento).
- (4) Na Força Aérea prestam serviço 10 000 homens, que incluem 2 000 tropas pára-quedistas, e constituem 16 por cento do total (Noruega: 10 000 — 23 por cento; Holanda: 17 500 — 17 por cento; Grécia: 23 500 — 12,5 por cento; Suécia: 9 500 — 14 por cento; Bélgica: 20 500 — 21 por cento; Bulgária: 34 000 — 21 por cento).

⁽²³⁾ Números obtidos no «Military Balance» — 1983/84.

- (5) As forças para-militares totalizam cerca de 36 000 homens (GNR 14 000; PSP 15 000; GF 7 000).
- (6) Verifica-se portanto que as Forças Armadas portuguesas são, em relação às respectivas populações, as que neste grupo tem menores efectivos totais, e que o Exército é o Ramo de maior dimensão como, aliás, acontece nas Forças Armadas de todos, ou quase todos, os países.
- (7) Em valores percentuais, e comparativamente ao que se passa nos outros países, verifica-se porém um relativo sobredimensionamento da Marinha, que em Portugal, é o segundo Ramo em volume de pessoal, com 20 por cento, ao contrário do que acontece em 5 dos 6 países utilizados como testemunho, em que é o terceiro Ramo, com percentagens mais baixas. Inversamente, Portugal e a Suécia são os únicos países dos 7 observados em que a Força Aérea é o Ramo mais pequeno em percentagem. Mas, em Portugal, embora os efectivos sejam semelhantes aos da Suécia, existe uma inferioridade muito grande, quer na quantidade, quer na qualidade, dos meios disponíveis. Assim, por exemplo, a Suécia dispunha de 430 aviões de combate em 1983, contra apenas 70 em Portugal, na mesma época. Dispunha também de 2 esquadras de transporte com 8 «C-130», 2 «Caravelle», 2 «C-47», contra 2 esquadras de transporte portuguesas com 5 «C-130» e 12 «Aviocar», e de um sistema de vigilância e controlo completamente computadorizado e semiautomático, coordenador de todos os componentes da defesa aérea, sistema esse que só agora se está começando a implementar em Portugal.

d. Capacidade de mobilização

- (1) O potencial humano mobilizável é considerado compatível com as necessidades dos Ramos. Verifica-se a necessidade de rever e actualizar alguns aspectos relativos à prestação do Serviço Militar Obrigatório, não só em termos de duração, insuficiente para algumas especialidades, mas também em termos de fixação de obrigações alternativas para os que forem abrangidos pelo estatuto de objector de consciência, e aumento de severidade

das penalizações para os compelidos, refratários e desertores. Os sistemas de mobilização, com raras excepções, encontram-se obsoletos, com registos deficientes, as Unidades não estão preparadas para receberem e enquadrarem rapidamente os mobilizados, e não existe regulamentação adequada para a mobilização de bens e serviços.

e. Importância das Forças Armadas em tempo de Paz

(1) Em tempo de Paz, ou seja, na situação do sistema internacional dos nossos dias, em tempo da Estratégia Indirecta, o essencial da acção processa-se, como sabemos, nos sectores económico, psicológico, político interno, diplomático, mas sempre *apoiado* na existência das Forças Armadas que dão «*peso*» e *credibilidade* às coacções ou às reacções. O potencial militar revela-se então tão necessário e eficaz, mesmo não sendo empregue, como qualquer dos outros meios de coacção efectivamente postos em prática. Mas acresce que o exercício da estratégia total indirecta comporta, ou arrasta, o eclodir de crises sociais, de agitação, de subversão, de sabotagem, de terrorismo, situações em que, frequentemente, o Poder Político necessita de se socorrer, para uso interno, do «Instrumento» militar. E, nestas crises, surgem muitas vezes guerras limitadas ou intervenções militares estrangeiras, em que, então, o «instrumento» militar encontra o «quadro tradicional» da sua necessidade e do seu exercício.

(2) Assim sendo, as Forças Armadas têm, em tempo de Paz (ou seja, de Estratégia Indirecta), diversos papéis, extremamente importante, a desempenhar. Desde logo o forneceram ao Poder político o indispensável suporte em termos de credibilidade, tanto interna como externa. Depois, o facto da sua simples existência ser, em grau directamente ligado à sua dimensão e eficiência atribuída, dissuasora de agressões, de pressões, ou de intervenções externas; e ser estabilizadora das tensões sociais internas. Funcionam ainda como elemento integrador da comunidade nacional, e como meio social onde se incentiva o culto de valores fomentadores da coesão nacional, como o patriotismo, a disciplina, o espírito de sacrifício, o espírito cívico.

Finalmente, não se poderá esquecer que é em tempo de Paz que a Nação se pode e deve preparar para a eventual emergência de situações de guerra, que essa preparação é exigente e dura-doura, e que não é possível sem a existência, e bom funciona-mento, das Forças Armadas.

f. Capacidade logística

- (1) Existem grandes e graves carências de material (heterogénio, nem sempre adequado qualitativa ou quantitativamente, obsoleto), de equipamento e de sistemas de armas modernos, o que impõe severas limitações às capacidades não só operacionais mas também de instrução.
- (2) A percentagem do PNB destinado às Forças Armadas, cerca de 3 por cento em 1981, (8,5 por cento do OG em 81) é reduzida, mesmo em termos de comparação com as percentagens do PNB de outros países ocidentais (EUA — 5,2 por cento; Grã-Bre-tanha — 4,8 por cento; França — 3,9 por cento), e mais ainda se tivermos em conta a exiguidade do PNB nacional, várias vezes inferior ao daquelas nações.
- (3) O valor baixo do total das verbas destinadas às Forças Armadas conduz a que a parte destinada ao pessoal atinja percentagens muito elevadas do total (61,8 por cento em 1979), deixando menos de 40 por cento para tudo o resto, isto é, aquisição e manutenção de material, armamento, equipamento, infra-estruturas, etc. (Em 1979 a URSS gastou apenas 11 por cento do seu orçamento militar com o pessoal, a Grã-Bretanha gastou 22 por cento e os EUA 25 por cento, e isso apesar dos venci-mentos, assistência social e outras despesas com os militares serem, por indivíduo, muito superiores em qualquer desses países às verificadas em Portugal).
- (4) O sistema logístico das Forças Armadas apresenta sérias carên-cias quanto à mobilização de recursos e à constituição de reservas.
- (5) A relativamente pequena dimensão da indústria militar, bem como a escassa contribuição que a indústria portuguesa em geral pode prestar às Forças Armadas, tornaram estas muito

dependentes do material, armamento e equipamento, comprado a, ou cedido por, outros países. A debilidade económica, a exiguidade dos orçamentos militares, limitando a possibilidade de compras, deixam quase que exclusiva a via da ajuda externa para modernização das nossas Forças Armadas, retirando-nos, na mesma medida, grande parte da liberdade de decisão quanto à orientação a dar à sua reestruturação.

- (6) Não existem armazenamentos de matérias-primas essenciais às indústrias militares nacionais, nem de combustíveis, nem de alimentos, em quantidades suficientes para servirem de reservas operacionais. Os combustíveis líquidos, em especial, são vitais para as actividades militares.

g. Alianças

- (1) Portugal é membro da OTAN e tem acordos bilaterais com os EUA e com a RFA, ambos no âmbito daquele Tratado. A participação plena na OTAN, a que tudo nos liga, tanto os interesses geoestratégicos como as afinidades culturais, possibilita-nos o oportuno acompanhamento das modernas doutrinas e técnicas do emprego de forças e a participação nos debates e decisões sobre a estratégia de defesa do Ocidente. Essa participação e os acordos bilaterais facilitam-nos condições de acesso a meios de ajuda externa para reequipamento e modernização das Forças Armadas.
- (2) Através das nossas alianças e acordos, as *potencialidades geoestratégicas do território nacional são integradas na manobra estratégica global de defesa do Ocidente*, evitando a implementação de modalidades alternativas que tendessem a marginalizar-nos, ou a ignorar-nos, no caso de um conflito forçar a utilização dessas potencialidades por outros.
- (3) A plena participação na Aliança Atlântica faculta ao País o acesso a benefícios económicos, culturais, científicos e tecnológicos, e confere-lhe uma imagem de segurança e estabilidade propícia aos investimentos externos e internos, com reflexos positivos no Desenvolvimento.

h. Aspectos positivos — Potencialidades mais relevantes

- (1) A experiência recente de 14 anos de guerra no Ultramar permite que as Forças Armadas Portuguesas disponham ainda de um elevado número de quadros com prática e conhecimentos de guerra subversiva, o que os torna aptos não só a fazerem frente com relativa eficácia a uma eventual situação desse tipo no território nacional, como também a enquadrarem uma resistência popular a uma eventual situação de invasão. No entanto esses quadros com experiência de guerra estão envelhecendo e desaparecendo, sm que a sua valiosa experiência esteja a ser convenientemente aproveitada na preparação dos novos quadros.
- (2) O SMO é susceptível de proporcionar a existência de uma reserva mobilizável eficaz, e contribui ainda para o cultivo da noção do dever da juventude para com o País, e para a devolução ao País de apreciável quantidade de jovens, após terem prestado serviço, mais aptos dos pontos de vista moral, psicológico, físico e técnico-profissional, e sensibilizados para uma melhor compreensão da Defesa Nacional e da condição militar.
- (3) Os recursos humanos disponíveis têm sempre provado ser *basicamente* de boa qualidade e portanto susceptíveis de ser facilmente valorizados, se forem *adequadamente* moralizados, armados, equipados e enquadrados. De entre estas quatro condições, duas (a moralização e o enquadramento) dependem muito mais da vontade, competência e clarividência dos chefes políticos e militares, do que de recursos financeiros.
- (4) A participação plena na OTAN permite contribuir para a colmação das deficiências da capacidade militar nacional, não só pela possibilidade de acesso às técnicas modernas como pela possibilidade de auxílio às necessidades de armamento e equipamento, como ainda pela garantia que nos é dada de salvaguarda dos nossos interesses de Defesa pelo facto de eles se integrarem nos interesses globais da Aliança.
- (5) Os acordos bilaterais com os EUA e a Alemanha têm-nos permitido dispor no território nacional de infraestruturas que não teríamos possibilidade de construir pelos nossos próprios

meios, e de beneficiar de auxílios muito importantes para a modernização das nossas Forças Armadas.

- (6) A inserção da Espanha no bloco ocidental, recentemente reforçada pelo seu regime democrático, permite considerar reduzida a ameaça militar do lado da fronteira terrestre.
- (7) O actual regime pró-ocidental em Marrocos assegura protecção ao Território Nacional (arquipélago da Madeira) contra eventuais ameaças relacionadas com iniciativas afrieano-marxistas no e do Norte de África.

i. Aspectos negativos. Vulnerabilidades mais constrangentes

Considera-se que as principais vulnerabilidades serão sobretudo as ligadas à obsolescência, inadequação ou insuficiência de quase tudo: organização, estrutura, métodos de gestão, infra-estruturas, sistemas de armas, quadros orgânicos, estatutos, regulamentos.

- (1) A consciência generalizada deste facto tem, aliás, estado na raiz dos esforços que os três Ramos vêm fazendo no sentido de irem resolvendo, cada um por si, todos estes problemas. Mas aí têm surgido, dentre outros, dois grandes obstáculos principais:
 - (a) A extrema escassez das verbas atribuídas pelo OGE, que além de muito diminutos, em valor absoluto, são ainda absorvidas em mais de 60 por cento pelas despesas com pessoal (variando conforme os Ramos, mas é esse o valor médio global), deixando para manutenção e renovação de infra-estruturas e material diverso quantias insignificantes face aos custos actuais.
 - (b) A dificuldade de coordenar e orientar os esforços dos três Ramos, quer por falhas ou insuficiências dos órgãos coordenadores e das funções atribuídas, quer por falta de directivas que possam basear a definição de objectivos, o estabelecimento de prioridades e a divisão das verbas, em função da que for considerada a melhor maneira de servir os interesses nacionais em termos de custo e eficiência. A demora na implementação da uniformidade de doutrina, da compatibilidade de procedimentos e da interoperacionalidade dos

Ramos das Forças Armadas, tem importantes reflexos negativos na sua flexibilidade, prontidão e eficácia, prolongando também a actual situação de sobreposição de alguns serviços e o desaproveitamento de capacidades supletivas.

- (2) A dependência do estrangeiro em material é de molde a prejudicar a prontidão das Forças Armadas e afectar o seu moral, e a reduzir a liberdade de acção do País. A heterogenidade do material dificulta e prolonga a instrução do pessoal reduzindo o tempo útil da sua operacionalidade. A obsolescência dos meios limita o efeito dissuasório da defesa militar do País, as possibilidades da interoperacionalidade e cooperação das Forças Armadas portuguesas com as aliadas, e o desempenho cabal das responsabilidades nacionais no âmbito OTAN.
- (3) A participação na OTAN envolve eventuais riscos de utilização das nossas bases em conflitos em que o País não esteja directamente envolvido, e de represálias daí decorrentes.
- (4) A insuficiência da capacidade de defesa militar nacional para prover à segurança das posições de grande importância geoestratégica do TN, em caso de crises graves no quadro Leste — Oeste, pode ser susceptível de levar a Aliança a considerar a atribuição de tal responsabilidade a forças de outros países aliados, com prejuízo da nossa soberania, do nosso prestígio, da coesão nacional.

IV — SÍNTESE CONCLUSIVA

1. *Considerações de carácter global*

A situação portuguesa actual é muito complexa, com deficiências, e problemas, que constituem outras tantas vulnerabilidades em termos de Defesa, de natureza quer económica, quer política, quer sociopsicológica, quer cultural, quase por todo o lado no tecido social, interligados e interinfluenciando-se, constituindo um nó emaranhado de ciclos fechados, em que actuar num qualquer elemento provoca imediatas ou mediatas repercussões em outros, tornando-se por isso difícil estabelecer prioridades, mesmo até, decidir como actuar e por onde começar. Por que ponta se desata o nó, em vez de o apertar mais?

É uma situação que faz lembrar a lenda do nó górdio, que Alexandre cortou com a espada. De facto, parece preferível cortar o nó, a deixá-lo continuar assim, tanto mais que nestes «nós» sociais, ao contrário do nó górdio, que era inerte, os elementos «enrolados» têm a sua própria dinâmica, e assim o tempo contribui para aumentar a complexidade do emaranhado, juntando mais vulnerabilidades aos problemas já existentes, criando mais interesses contraditórios, dando lugar a mais injustiças e distorções. Há portanto que «cortar o nó», e cortar o nó significa *actuar*. Mas actuar efectivamente, no interior profundo do tecido social, e para que as decisões tomadas ao mais alto nível produzam os efeitos desejados a todos os níveis da execução, é indispensável que a autoridade funcione em todos esses níveis. Ora na sociedade portuguesa actual não parece ser esse o caso. A autoridade não se exerce ou exerce-se timidamente, nas escolas, nas ruas, nas empresas, na administração pública, nos próprio tribunais, por todo o lado, enfim, e os cidadãos comuns são constantemente confrontados com o espectáculo da semi-injunidade, da permissividade, da aparência de uma corrupção generalizada e quase aceite com naturalidade, da fuga aos impostos assumida publicamente como um acto quase louvável, do contrabando, da prostituição, da droga, da criminalidade, da infracção cívica, do mau trabalhador e do mau funcionário que não são punidos, do vigarista, do mixordeiro, que são punidos, quando são, com multas insignificantes, etc., etc. A imagem que o cidadão comum hoje tem da sua administração pública é que esta é fraca e quase inoperante, e da sua sociedade é a de que nela quase tudo é permitido, e que a infracção da lei tem boas probabilidades de passar impune e, quando acontece ser punida, o é em regra muito brandamente.

É evidente que numa sociedade em que a imagem da autoridade está degradada, a disciplina social se ressent e torna-se difícil fazer cumprir as decisões. Restaurar a imagem pública da autoridade, para o que será preciso começar por restaurar a própria autoridade, parece ser portanto a primeira das primeiras coisas a fazer. A autoridade só por si não resolve nenhum problema, mas é a condição indispensável para qualquer solução. Sem ela não há, de facto, soluções, há apenas

boas intenções, palavras que não conseguem implementar-se porque não são obedecidas. Com ela poderá haver soluções.

Restaurar a autoridade e decidir actuar corresponde portanto a cortar o nó. Mas, «cortado» o nó, haverá que pegar nas pontas e procurar ligá-las, de forma a recompor o tecido social em termos de estruturas mais adequadas. Haverá que estabelecer prioridades que logicamente permitam o melhor e mais correcto processo de ultrapassar a actual situação e chegar a uma nova situação mais segura, mais próspera, mais justa (Segurança, Bem-Estar e Justiça).

Estaremos então gizando uma estratégia estrutural, quando ordenamos essas prioridades sob o ponto de vista da Segurança. Não se poderão porém pôr de lado os pontos de vista centrados na Prosperidade e na Justiça, sem o que se correria o risco de criar tensões internas que, dado o sistema demoliberal vigente na nossa sociedade, minariam sempre a segurança que fosse sendo conseguida através de medidas que não tivessem aqueles fins superiores do Estados na devida conta. A estratégia estrutural, orientada para a Segurança, deverá pois considerar sempre as necessidades da Prosperidade e da Justiça, e, por isso, de um modo geral, as medidas que venha a recomendar coincidirão em larga parte com o que qualquer política geral de Governo poderá pretender.

De facto, quando um Estado é *pouco desenvolvido*, a generalidade das suas vulnerabilidades, e a importância que a Economia tem para o seu esforço da Defesa, tanto em situações de Estratégia Directa como nas de Indirecta, tornam natural que os esforços para melhorar a sua Segurança passem em primeiro lugar pelo incremento do seu Desenvolvimento (a fim de obter base económica para a capacidade militar e diminuir vulnerabilidades económicas e sociais) e que, por outro lado, aspectos de segurança que não contribuem também directamente para o Desenvolvimento sejam sentidas como não prioritários, ou mesmo injustos. Nestes Estados a Segurança coincide, em muita larga medida, com o Desenvolvimento, sendo então o papel da Segurança muito mais o de aconselhar, entre várias opções possíveis nos esforços de Desenvolvimento, as que melhor sirvam à Segurança, e fornecer ao Desenvolvimento um quadro coerente, coordenador e orientador das escolhas (quadro esse que pode,

justmaente, ser uma Estratégia estrutural e genética). Trata-se, nestes Estados, de, em primeiro lugar, produzir *mais riqueza*.

No caso particular de *Estados pouco desenvolvidos mas com problemas graves de Segurança* (ameaças actuais e directas, claramente desenhadas), ou com ambições agressivas em Política externa, o caso muda de figura. Então teremos situações em que a Segurança sempre se sobrepõe ao Desenvolvimento, e este poderá ser mesmo sacrificado, e será sempre certamente subordinado, aos imperativos daquela. Não se tratará apenas de orientar as escolhas do Desenvolvimento. Será a Segurança a impor objectivos e meios.

No caso de *Estados desenvolvidos*, em que as vulnerabilidades económicas e sociais são já atenuadas e afectam menos a Segurança, esta não depende tanto de um prévio Desenvolvimento mas antes de uma diferente repartição de gastos públicos, dos investimentos, da carga fiscal. É nestes Estados que efectivamente se põe a alternativa «canhões ou manteiga». A coincidência entre Segurança e Desenvolvimento é muito menor que no primeiro caso, e nem sempre é conseguida.

No caso português, País longe ainda de ter atingido o grau de desenvolvimento económico dos seus parceiros na Europa e na Aliança Atlântica, mas sem problemas graves, imediatos e directos, de Segurança, e sem ambições agressivas, não admira portanto que a estratégia estrutural ao nível da estratégia total deva ser, no fim de contas, *uma verdadeira estratégia de Desenvolvimento*. Mas justamente porque a Segurança é vitalmente necessária, porque é cara, e porque o meio de a tornar menos cara é, como em tudo o resto, tomar as decisões e implementá-las oportunamente, tirando o máximo partido dos recursos escassos de forma a torná-los polivalentes, é que nos planos e programas de Desenvolvimento económico, claramente prioritários, devem ser sempre considerados os imperativos da Segurança. Isso não implicará prejuízo para o Desenvolvimento, mas permitirá que este seja obtido de forma a incrementar com mais eficiência, e menos dispêndio, a Segurança.

Em resumo poder-se-á afirmar que no caso português a primeira medida a tomar deveria ser a recomposição da necessária autoridade — autoridade dos Governos, autoridade dos quadros e dos chefes a todos os níveis, autoridade dos patrões, autoridade dos agentes de Segurança, autoridade dos tribunais — e que uma estratégia estrutural

da Defesa deveria ser uma verdadeira estratégia de Desenvolvimento económico e social.

2. Instrumentos gerais de acção estratégica

Conforme imediatamente se depreende de tudo o que atrás se escreveu, o Estado português encontra-se actualmente muito despojado de capacidades e de «instrumentos» para poder impor a sua vontade, ou fazer valer ou proteger os seus interesses, no plano internacional. Desprovido de capacidade militar adequada à sua dimensão geográfica, carecido de poder económico e tecnológico, embora dispondo de capacidade económica e tecnológica adequada às necessidades de muitos países menos desenvolvidos, mas sem trunfos nesse campo para desenvolver influências, ao Estado português apenas resta o poder de negociação que lhe advém da sua posição geográfica, e alguma capacidade de influência que seja capaz de extrair das comunidades portuguesas espalhadas pelo Mundo e das ligações culturais com os países de expressão portuguesa. Para prosseguir os objectivos nacionais e enfrentar as ameaças possíveis, os meios disponíveis são, pois, fundamentalmente:

a. No sentido positivo, isto é, no sentido de poder afirmar a vontade colectiva:

- (1) A situação geoestratégica, nas condições e com as limitações já referidas.
- (2) Algum «*poder cultural*» que se consiga estruturar, e permita uma intervenção e uma influência ainda não existentes, junto das Nações de expressão portuguesa, ou junto das comunidades de emigrantes.

b. No sentido negativo, isto é, no sentido de poder impedir que a vontade alheia nos seja imposta:

- (1) A participação na OTAN.
- (2) A capacidade de *dissuasão* que se conseguir estabelecer.

A estratégia estrutural a implementar deverá portanto actuar prioritariamente no sentido de fortalecer e aumentar por todas as formas

adequadas, que julgamos ter assinalado no decurso deste trabalho, as possibilidades de actuação destes instrumentos, realizando as potencialidades, e neutralizando as vulnerabilidades que lhes estão ligadas, alargando as suas virtualidades, e profundando-as.

3 *Premissas básicas para uma estratégia de preparação de forças*

Da consideração dos principais factores positivos e negativos do poder nacional e da situação internacional que mais directamente nos diz respeito, face aos objectivos nacionais já definidos, poder-se-ão estabelecer as seguintes premissas, que poderiam servir de ponto de partida para a elaboração detalhada da estratégia estrutural e genética:

a. *Premissas geoestratégicas*

Existem condicionantes de carácter geoestratégico muito definidas, que impõem prioridades claras em termos de Defesa Nacional.

- (1) Conforme vimos, a posição do Território Nacional dominando os acessos atlânticos para o Mediterrâneo e a Europa do Sul, e, em certa medida, para a Europa do Norte, colocado em posição de fornecer um bom ponto de apoio para o eixo de projecção do poder dos EUA em relação à Europa, ao Médio Oriente e ao Sudoeste Asiático, e originando uma extensa ZEE, faz apelo a um *reforço das capacidades aérea e naval com vista à fiscalização, controlo e afirmação* da nossa soberania e dos nossos interesses nesse espaço, bem como à sua eficaz utilização. Isto é, faz apelo ao reforço da nossa capacidade de cada vez mais transformar o referido espaço numa ligação entre as parcelas do território nacional, e numa fonte de riqueza, desenvolvendo uma efectiva capacidade de transportes aéreos e de exploração dos recursos marítimos.
- (2) A situação geoestratégica e a consideração das principais ameaças em situações de guerra declarada impõem a participação na aliança defensiva da OTAN, em cuja área de interesses se inserem bem os interesses da defesa militar nacional, na qual se mantém a tradição histórica portuguesa de ligação com a potência marítima dominante no Atlântico e que agrega

- os países com quem temos maiores afinidades não só culturais mas também económicas e políticas.
- (3) Por outro lado, a escassez de profundidade e a posição no extremo da Península, do território continental, rodeado pela Espanha e pelo mar, limita fortemente a capacidade de resistência, em termos de guerra clássica, contra uma invasão por terra, mas ao mesmo tempo torna-a pouco provável se a ameaça considerada for a do Pacto de Varsóvia, pois o aparecimento de forças nas fronteiras nacionais significaria a conquista de toda a Europa, e seria então ridículo pensar em resistência nacional em termos convencionais.
- (4) Significa isto que a capacidade de actuação do Exército nacional em termos de guerra não nuclear deverá ser dimensionada: para resistir sozinho a um agressor mais à nossa medida, o que dada a nossa posição geográfica, e pela fronteira terrestre, só poderia ser a Espanha; para colaborar com as forças da Aliança; para garantir a defesa de pontos sensíveis em Território Continental, e das ilhas atlânticas, contra eventuais tentativas de desembarque; e para fazer face a situações de excepção criadas por ameaças ou acções subversivas internas que transcendam a capacidade das forças de segurança. Estas capacidades devem poder ser obtidas tanto quanto possível pela multivalência de meios e forças.
- (5) A dependência nacional relativamente ao tráfego marítimo, a necessidade de defender os portos e a elevada importância estratégica dos aeroportos, são também elementos que de modo algum podem ser esquecidos. Garantir o tráfego marítimo parece-nos exceder em absoluto as nossas possibilidades actuais e futuras, mesmo que o nosso país fosse muito mais rico do que é, dada a grande quantidade de navios, e aviões, que tal garantia, mesmo a nível reduzido, implicaria. A ameaça submarina, de superfície, e aérea, que a URSS poderia desenvolver no Atlântico, só pode ser enfrentada pela união de todo o poderio aeronaval do bloco ocidental, no qual a adequada afirmação da nossa soberania e defesa dos nossos interesses necessitará apenas de uma participação limitada em navios, submarinos e aviões, adequada à nossa dimensão e pobreza relativa. Já quanto à defesa dos portos, aeroportos, e águas territoriais, são respon-

sabilidades nossas, que devemos assumir inteiramente no interesse da dignidade e independência nacional, e que necessitam de meios militares ao alcance mesmo de uma pequena Potência como Portugal.

- (6) Mais preocupante parece ser, desde já, a dramática insuficiência da marinha mercante nacional para garantir o transporte de, e para, o território nacional, e entre as diversas parcelas deste. É uma dependência real, que estaria nas nossas possibilidades, e, de acordo com os objectivos nacionais, procurar eliminar, e que, sendo sem dúvida um aspecto a considerar num conceito estratégico nacional em termos de estratégia total, nos parece, pelas directas implicações em caso de guerra, ser importante também na formulação de um conceito de estratégia militar.

b. *Premissas económicas*

Por outro lado, toda a realidade é condicionada, à partida, pelas grandes carências económicas gerais. De resto, conforme já salientámos, uma estratégia estrutural de Defesa, em Portugal, hoje, deve ser perfeitamente adequada ao próprio desenvolvimento económico. Com um Produto Nacional Bruto *per capita* que é um dos mais baixos da Europa (é o segundo mais baixo da NATO, e é mais baixo que qualquer outro da CEE), a Nação portuguesa está posta face ao crescimento das expectativas da sua população, que aspira a um nível de vida comparável ao europeu e aceita mal as restrições de consumo, ao mesmo tempo que necessita urgentemente de aumentar os investimentos na agricultura, na indústria, na educação, na construção civil, nos transportes, etc. Não parece portanto provável nem sequer possível que possa vir a aumentar significativamente a muito exígua parcela do OGE destinada às Forças Armadas, nos próximos anos, nem que possa vir a fazer grandes esforços em projectos de Segurança que não interessem também do ponto de vista económico. Deste facto evidente parece-nos resultar:

- (1) Um reforço da importância da nossa participação na OTAN, e dos acordos bilaterais com os EUA e com a Alemanha Federal, que nos permitam ir obtendo algum auxílio para a

indispensável modernização das nossas Forças Armadas, e, por outro lado, *minorar a insuficiência* dos nossos próprios meios para defesa do espaço atlântico entre as parcelas do território nacional, e do tráfego marítimo que nos diz respeito.

- (2) A necessidade de uma muito grande economia de gastos, o que quer dizer que todas as despesas devam ser cautelosamente apreciadas em função de um plano racionalizado, que procure estabelecer os meios mais baratos de aumentar significativamente a capacidade das Forças Armadas, sem cair na tentação irrealista de auto-suficiência em missões que a fraqueza orçamental impossibilita. Definido um plano estratégico, estabelecidas as prioridades daí decorrentes, procurando sempre a forma mais barata de obter o nível mínimo de eficiência requerida, as verbas do OGE deverão ser distribuídas exclusivamente de acordo com os imperativos desse plano.
- (3) A necessidade imperiosa de aproveitar da melhor forma possível as poucas potencialidades disponíveis que mais efeito podem produzir dentro da ligação Economia — Forças Armadas, nas necessidades de modernização e eficiência destas, e que nos parecem ser as seguintes: por um lado, a existência de algumas estruturas industriais com vocação e capacidade para o armamento e equipamento ligeiros, construção e manutenção naval e aeronáutica, capacidades essas susceptíveis de ser desenvolvidas a outros níveis de produção que parece poderem estar ao nosso alcance, como seja a construção de vedetas e corvetas rápidas lança-mísseis, ou a participação em programas internacionais de fabrico de aviões ou de blindados, por exemplo. Por outro lado, a comprovada capacidade de adaptação e facilidade de aprendizagem dos nossos técnicos, e a boa qualidade do nosso material humano, susceptível de aceitar sacrifícios e privações, parece-nos ser um trunfo a desenvolver e a aproveitar.

c. *Premissas culturais*

Não se pode esquecer nunca que o fundamento de toda a acção é a vontade do homem, e que, em termos colectivos, a vontade de uma

Nação ser um Estado independente é a condição *sine qua non* da sua existência como tal.

- (1) Se essa vontade desaparecer, os objectivos nacionais deixarão de poder ser cumpridos. Se essa vontade for muito forte, a Nação sobreviverá e reencontrar-se-á, mesmo se for vencida e invadida. E se essa vontade colectiva for conhecida e evidente, esse conhecimento, por si só, tem valor dissuasivo.
- (2) A fonte da vontade nacional reside nos valores culturais que, num dado momento histórico, forem aceites pela comunidade. O cultivo do sentimento patriótico, o fomento das actividades culturais, a minimização das tensões sociais internas, o esclarecimento do significado e consequências nocivas do antimilitarismo, do pacifismo, do neutralismo, são exemplos de acções importantes a tomar neste campo e que concorrem para apoiar e desenvolver a indispensável vontade colectiva, e que, não sendo muito caras, não pesam muito nos OGE. Apenas precisam de ser bem planeadas, bem concebidas, e competentemente cumpridas.
- (3) Nesta premissa da acção estratégica que poderemos, simplificada, designar por premissa do poder cultural, cabe também um elemento muito importante, que é a influência favorável aos interesses e objectivos nacionais que pode ser exercida por via da língua e cultura portuguesas (Universidades, arquivos históricos, facilidade de relação, etc.) nos países de expressão portuguesa, por um lado, e por via das comunidades lusíadas ou luso-descendentes nos países onde estas estão organizadas e têm um certo peso quantitativo, por outro. Este instrumento de acção do Estado-Nação português poderia ser útil em termos não só de influência política, mas também económica, na medida em que o Estado for capaz de o organizar (contribuindo com a implementação de Escolas e Institutos de cultura lusíada, por exemplo) e de o utilizar (o que evidentemente não poderia ser feito por dirigismo, mas por coincidência de interesses que se procurariam).

d. *Premissas militares*

Finalmente, a Força Militar, que não só é manifestação correcta da Vontade (de Defesa), como também é instrumento necessário à credibilidade política, à estabilidade social, à coesão nacional, e à dissuasão de eventuais agressões externas.

O reforço da capacidade de defesa militar autónoma deverá então ser a preocupação central na linha apontada por esta premissa. Mas as limitações financeiras tornam imperioso recorrer *sempre* à melhor relação possível «custo-eficácia», procurando-se seleccionar os meios que melhor aumentam a dissuasão — já que o conceito estratégico nacional deverá naturalmente apontar para uma orientação geral defensiva — com menores dispêndios. Isso terá como corolário a necessidade de obter o máximo de polivalências e, portanto, os meios ligados às nossas obrigações para com a OTAN deverão ser escolhidos e organizados de forma a simultaneamente se integrarem na nossa capacidade autónoma de defesa.

Imporá também, e consideramos isso muito importante, que sejam valorizados ao máximo os aspectos morais — patriotismo, espírito de corpo, disciplina — e de instrução, que concorrerão de forma decisiva para o efectivo aumento de eficiência, e também, só por si, para o aumento da capacidade dissuasora das Forças Armadas que tivermos. E imporá a necessidade de procurar sempre conjugar o mais possível o reforço das forças Armadas com o recurso que for possível às capacidades de produção e manutenção nacionais.

4. *Considerações finais*

Uma Nação mais unida e consciente de si mesma, num Estado bem organizado e eficiente, que sabe o que quer, não é isso um ideal colectivo desejável? Para o atingir há que tomar consciência das próprias fraquezas, e depois, com paciência e competência, procurar remediá-las. A democracia liberal, pela discussão aberta que permite, favorece a percepção das fraquezas. Pela prática de uma autoridade e de uma disciplina social, que são também valores democráticos da maior importância, pode gerar as condições necessárias à aplicação

dos remédios. Estes, numa sociedade com ainda grandes carências económicas, necessariamente devem ser prioritariamente dirigidos para a Desenvolvimento. Mas a preservação da Independência, a afirmação da Vontade colectiva na defesa dos interesses vitais, são tarefas permanentes que não podem ser assumidas às prestações, nem de forma subalternizada. O Desenvolvimento é prioritário, mas pode ser e tem que ser compatibilizado com a preocupação permanente e também prioritária da Defesa.

Uma estratégia estrutural e genética, preparadora de meios, tendo como objecto o fortalecimento geral do Poder Nacional como um todo, pode justamente fornecer o quadro onde essa compatibilização melhor e mais facilmente será conseguida. Não será indispensável; o que é indispensável é conseguir aquela compatibilização. Mas seria muito conveniente, porque orientaria esforços evitando esbanjar recursos sempre desesperadamente escassos.

Que Portugal possa ser, na Europa, uma afirmação de capacidade e de vontade colectivas, que possa ser, no Mundo, o centro respeitado de uma comunidade cultural cujas raízes lhe pertencem, que possa ser, no interior de si mesmo, motivo de fundamentado orgulho para todos os portugueses, são aspirações onde certamente todos encontramos convergência. A sua satisfação, que passa pela capacidade de assumirmos plenamente as nossas responsabilidades no sistema internacional à custa do nosso próprio esforço e meios, está na linha da compatibilização da Defesa e do Desenvolvimento. Uma estratégia estrutural e genética poderia ser um bom ponto de partida.

François Martins

Brigadeiro de Artilharia Pára-quedista